

**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA
REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZ**

No dia vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e dez teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a primeira sessão ordinária de 2010 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2 – 2ª Alteração do Plano Director Municipal de Coimbra;**
- Ponto 3 – PCAND Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto – isenção de IMT;**
- Ponto 4 – Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade a António Luzio Vaz;**
- Ponto 5 – Plano Prevenção de Riscos de gestão, incluindo de Corrupção e Infracções Conexas;**
- Ponto 6 – Provedor do Ambiente e Qualidade de Vida Urbana de Coimbra – Eleição.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Carlos Manuel Nunes da Silva, Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz, Olinda Maria Martinho Gonçalves de Sousa Rio, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Geraldês da Silva, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, Rui Santos Cruz, Joana Margarida Alves Martins, Fernando Jorge Soares Ferreira Neves, João Francisco Lencastre Campos e Maria Helena Moura Ramos.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Helena Maria de Oliveira Freitas, Isabel Maria Nobre Vargues, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, André Gonçalo Dias Pereira, André Luís Paiva Serra de Oliveira, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Carlos Rogério Antunes Pinto e Eliana Cristina Almeida Pinto.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Manuel Veloso da Costa, Arménio Nabo Ferraz, Nuno Filipe Reis da Silva, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel Costa Veloso, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Faltou justificadamente o deputado José Manuel Gonçalves da Silva.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca e Maria Isabel Silva Pimenta e Melo.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Victor.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

"Pina Prata, Agora Sim":

Faltou injustificadamente o único deputado Independente Rodrigo Manuel Leite Silva Santiago.

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores João Paulo Lima Barbosa de Melo, Maria José Azevedo Santos, Paulo Jorge Carvalho Leitão, Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco, Luís Nuno Ranito da Costa Previdência, António Vilhena, Carlos Manuel Dias Cidade, Rui Pedro Gonçalves Duarte e Francisco Queirós.

MESA:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Francisco Figueiredo Andrade, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia como Segunda Secretária.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputado municipal **Miguel José Ferro Pimentel Reis da Fonseca** pediu a suspensão do mandato pelo período de 5 dias com início a 19 do corrente mês.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão da lista, imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (**CDS**) na coligação "Por

Coimbra” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, **Fernando Jorge Soares Ferreira Neves**.

-Deputado municipal **Paulo Luís Cunha de Almeida** pediu a suspensão do mandato pelo período de 3 dias com início a 23 do corrente mês.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão da lista, imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (**CDS**) na coligação “Por Coimbra” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, **Rui Santos Cruz**.

-Deputado municipal **Fernando Luís Almeida Torres Marinho** pediu a suspensão do mandato pelo período de 2 dias com início a 24 do corrente mês.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, **António José Costa Sequeira**.

-Deputada municipal **Milene Catarina Pereira da Cunha** pediu a suspensão do mandato pelo período de 3 dias com início a 24 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, **André Dias Pereira**.

Período Antes da Ordem do Dia:

Intervenção do Presidente de Junta da Ribeira de Frades:

“Exmº. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Digníssima Mesa

Exmº. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmº. Senhores Vereadores

Caros colegas deputados municipais

Senhoras senhores jornalistas

Minhas senhoras e meus senhores.

Todos nós temos assistido com atenção à desgrça que se abateu sobre a ilha da Madeira, onde a força da natureza uma vez mais se fez sentir, provocando até ao momento cerca de 40 mortos, 18 desaparecidos e incalculáveis prejuízos materiais, além graves das sequelas que irão permanecer por muitos e muitos anos, nas famílias e amigos daqueles que foram duramente atingidos por esta catástrofe.

A bancada do Partido Socialista, não pode ficar indiferente a esta tragédia que atingiu o povo madeirense e assim, propõe um minuto de silêncio a esta Assembleia Municipal, por todas as vítimas da tragédia, estando certos que as restantes bancadas comungam deste nosso voto de pesar.

Queremos ainda propôr a esta Assembleia, que o valor correspondente às senhas de presença de todos os deputados municipais, referentes a esta reunião, seja encaminhado para uma conta, que reverterá para ajuda às vítimas desta catástrofe, constituindo assim a nossa ajuda solidária.”

Intervenção do Presidente de Junta de S. Martinho de Árvore:

“Tendo em conta aquilo que o deputado que me antecedeu disse, acho que temos que estar solidários com o povo Madeirense, nesta hora de sofrimento.

Portanto, subscrevemos claramente esta proposta.

Minuto de silêncio

Neste momento, a Assembleia Municipal de Coimbra declarou um minuto de silêncio, pelas vítimas da tragédia da Madeira.

Intervenção do Presidente de Junta da Almalaguês:

“A freguesia de Almalaguês, as instituições locais, as pessoas, respeitam as instituições públicas, respeitam a imprensa, a intervenção democrática e exigem naturalmente respeito.

O bom senso, a dignidade e o respeito pela verdade, exige que intervenções públicas, pressuponham prévios contactos, confirmações dos factos, verdade e respeito.

O povo anónimo da freguesia de Almalaguês exige de quem dele se serve, e a quem ele se refere, não a ele se refere não ignore o seu esforço solidário e tenha o respeito necessário para não se negar a verdade e tornar visíveis todas as vertentes da realidade.

Apenas queremos que de olhos nos olhos, a nós se refiram com respeito pelo trabalho que todos desenvolvemos.

Nos últimos 8 anos trabalhámos muito para restituir a dignidade que assumimos como povo anónimo, como comunidade, com pessoas de alma e de coração, implicou de assumir uma identidade, uma ambiência rural, uma zona de espaço verde de vida e de vivência e saudável, a manutenção de um clima de segurança, de confiança e de qualidade de vida, conhecemos pessoa a pessoa, sentimos a felicidade e respiramos o ar público e puro da nossa identidade. Valorizamos a tecelagem manual, o vinho, os produtos da terra, como forma de afirmarmos as nossas raízes e projectarmos o nosso futuro. Somos simples, campónios, rudes, e quase somos ingénuos.

Nos últimos 8 anos, em 50 artigos da imprensa local e nacional, escrita e falada, a nós se referiram sempre pela positiva, mostraram a qualidade que construímos e de que nos orgulhamos, falaram de nós, pela qualidade do nosso artesanato, da nossa tecelagem, da nossa gastronomia, do nosso vinho e jeropiga, da nossa água pura, do ambiente bucólico, do saneamento básico, dos transportes, do futebol, do xadrez, do judo, do Btt, do ciclo-turismo, das provas de todo o terreno das festas locais e das tradições das vindimas e da amabilidade do nosso povo.

Escreveu-se muito, de um local a aprazível para se viver com qualidade de vida, a freguesia de Almalaguês.

O que construímos com sacrifício ao longo de 8 anos, não pode, nem deve ser destruído em escassos minutos. A freguesia de Almalaguês tem problemas? Claro que tem!

Temos problemas de índole social e de habitação, claro que os temos! Temos problemas de saúde pública e exclusão social, claro que tem!

Senhor Presidente, senhores vereadores e senhores deputados, com as políticas sociais, e de saúde implementadas, ou não por quem nos governa, quem governa este país, quem não tem problemas desta índole na sua freguesia.

Precisamos urgentemente de acabar com as hipocrisias e valorizar, isso sim, o trabalho social e solidário desenvolvido nas freguesias por cidadãos anónimos, por instituições locais, por comissões sociais de freguesia que mantêm um trabalho digno e surdo, um trabalho sério e anónimo, que querendo e resolvendo problemas não querem oportunismos político partidário.

Nós queremos apenas, respeito e apoio.

Queremos que nos mostrem como somos e não, com a máscara ridícula e fétida e desastrosa com que nos obrigaram a um carnaval que recusamos e a um palco que não é o nosso e que repudiamos.

A Comissão Social de Freguesia em Almalaguês foi criada em 2006. Mas desde 2003 a Junta de Freguesia, o Centro Paroquial de Bem-Estar de Almalaguês, o Grupo de Intervenção Comunitária, o Instituto de Almalaguês e Colectividades locais, já articulavam desde então um conjunto de actividades de solidariedade de levantamento das necessidades sociais, habitacionais, de saúde, que vamos tentando minimizar.

Dizer, que existem graves problemas, e que a Junta de Freguesia nada fez até hoje, é uma falsa questão, dita desta maneira, é uma falácia que nós recusámos.

Reparem que a família referida, que tem andado nos jornais, está a ser acompanhada desde 2003.

A primeira situação, que acompanhamos em 2003, com a entrega de 14 mantas, de um fogão, de colchões, de uma garrafa de gás, de comida e de medicamentos.

Em 2004, esta família não tinha processo de médico de família, alguns membros da família não tinha cartões de identidade, de número de contribuinte, foi muito difícil conseguirmos as certidões de nascimento, porque apenas se sabia o nome deles, a idade e pouco mais.

Obteve-se processo de família, marcou-se consultas para esta família, esta família não tinha rede de água pública, consumiam água de um ribeiro, para beber ou fazer comer pediam aos vizinhos, tinham muitas necessidades, como ainda as têm.

Foi esta gente anónima, foi esta gente solidária que tratou do registo da habitação, da documentação todo destas pessoas.

Em 2007, também com a Segurança Social, a Dra. Helena Soares e a Dra. Cecília do Centro de Saúde, que juntamente com elementos da Comissão Social da Freguesia, acompanhou esta família, tentamos intervir nesta habitação, e um dos membros da família não permitiu.

Em 2009 receberam uma factura para pagar 480€ do Saneamento, fomos nós que tratamos de conseguir a isenção, e de minimizar os problemas que tinham.

Mas, damos mais apoios a outras famílias ao longo deste tempo, não vos falo nos números de pessoas que apoiamos...”

Intervenção do Presidente de Junta de S. Bartolomeu:

“O Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu veio apresentar uma situação que no seu entender, caricata. Foi eleito, por unanimidade nesta Assembleia, para ocupar o lugar de representante no Ministério da Economia na área dos Licenciamentos Comerciais.

Lamentavelmente, foi eleito para um lugar que se encontra extinto por força de uma portaria, lamentando também o facto de o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ter agendado esta eleição.

Referiu ainda que o Sr. Deputado Moisés Geraldês da bancada da Coligação “Por Coimbra” sabia da publicação da portaria e não teve a amabilidade de informar o Senhor Presidente da situação.

Portanto, gosta de trabalhar em órgão democraticamente eleitos, e não, em órgãos inexistentes. Disse.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

O Deputado Serafim Duarte apresentou o seguinte documento:

“RECOMENDAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL AO EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Câmara Municipal de Coimbra prepara-se para proceder à actualização das rendas dos bairros sociais, invocando a aplicação de legislação datada de 1993 (Decreto-Lei n. 166/93 de 7 de Maio), que estabelece o regime de renda apoiada.

De acordo com a legislação os valores da renda a pagar resultam de um preço técnico - que tem em conta vários factores como o nível de conforto, estado de conservação, coeficiente de vetustez, área útil e o preço da habitação por metro quadrado - e da aplicação de uma taxa de esforço que tem como referência o rendimento mensal corrigido *per capita* do agregado familiar.

Ao fim de mais de uma dezena de anos, em que não se procedeu às devidas actualizações das rendas, e num contexto de profunda crise económica e social, impõe-se que a aplicação da lei se processe de forma sensata e com sensibilidade aos problemas sociais que derivam da aplicação da mesma. Tanto mais que se verificam propostas de aumento que atingem os 400%. Isto em famílias que já pela sua vulnerabilidade social apresentam grandes dificuldades de sobrevivência no seu quotidiano e terão grandes dificuldades de comportar aumentos como os que são propostos.

Decorre daqui, com evidência que a aplicação da lei não pode nem deve ser feita de forma mecânica de acordo com fórmulas que na lei não têm em linha de conta situações concretas diferenciadas.

A Câmara Municipal de Coimbra não se pode comportar como um simples senhorio descurando o seu papel eminentemente social, pelo que a determinação do valor da renda a pagar pelos moradores dos bairros sociais deve ser determinada mais pela condição socioeconómica dos agregados familiares e da sua dinâmica de transformação do que pela tipologia do fogo, sua localização, vetustez, ou condições oferecidas.

Atendendo a que a renda a pagar pelos moradores não se destina a suprir necessidades de receitas municipais, mas antes a constituir um contributo para despesas de manutenção, cumprindo simultaneamente a função de promover a dignidade e a auto-estima dos moradores, ao invés de uma perspectiva meramente caritativa e assistencialista.

Esta é, aliás uma perspectiva que encontra apoio no parecer emitido pelo Provedor de Justiça em 30 de Setembro de 2008 que considera que o actual sistema de cálculo de renda *“é injusto quando trata de igual modo a situação de um agregado singular com certo rendimento e a de um outro com o mesmo rendimento mas imputável a um número plural de pessoas e destinando-se a apurar a respectiva sobrevivência”*. O parecer do Provedor de Justiça adianta ainda que a regra da progressividade do rendimento total do agregado familiar deve ser *“atenuada e corrigida em função do número de titulares do rendimento, de modo a evitara tratamento igual de situações evidentemente desiguais.”*

Neste sentido recomenda-se que:

1. O valor da renda terá, sempre, de ser subordinado à condição social do arrendatário, tomando em consideração o *“rendimento mensal corrigido per capita”* do agregado familiar e **uma taxa de esforço que deve ser variável e adequada ao nível de rendimentos.**

2 O rendimento mensal corrigido *per capita* corresponda ao rendimento líquido mensal, dividido pelo número de membros do agregado familiar, deduzido de uma

quantia igual a cinco décimas da retribuição mínima mensal garantida por cada membro do agregado familiar que comprovadamente sofra de incapacidade permanente superior a 60% ou de doença crónica incapacitante até ao limite máximo de um salário mínimo nacional.

3. Para efeito do cálculo do “*rendimento corrigido per capita*” serão considerados 50% dos rendimentos dos membros do agregado familiar que provenham de pensões de reforma, aposentação, velhice, invalidez e sobrevivência sempre que estes não atinjam o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida, bem como os rendimentos dos membros do agregado familiar maiores de dezoito anos que se encontrem a frequentar estabelecimento de ensino legalmente reconhecido.

4. Deverão ser excluídos para efeitos de cálculo do “*rendimento corrigido per capita*” todos os rendimentos de carácter não permanente como sejam prémios, subsídios de risco, subsídios de turno ou horas extraordinárias.

5. **A taxa de esforço** aplicada ao “*rendimento corrigido per capita*” do agregado familiar **não deverá exceder em nenhuma circunstância o limite de 10%.**

6. Em qualquer momento pode ser solicitado pelo arrendatário uma revisão do valor da renda, em resultado de alterações na composição do agregado familiar com repercussões no seu rendimento mensal corrigido, bem como em caso de doença prolongada, invalidez ou desemprego de um dos membros do agregado familiar.

7. **Os aumentos das rendas resultantes** da sua respectiva actualização em função da aplicação do Decreto-Lei n.º 166/93 de 7 de Maio, **serão escalonados de forma gradual e diferidos no tempo até 5 anos** de modo a permitir às famílias adequarem o seu orçamento familiar às novas exigências.

Estamos a dizer, portanto, com esta recomendação, que propomos, à consideração dos senhores deputados desta Assembleia, que estamos perante um problema que exige sensibilidade social, no sentido da sua resolução. Estamos perante um problema muito concreto que é o seguinte:

De facto o Decreto-Lei 166/93, regulamenta os aumentos das rendas sociais. Espero, porém que não venham invocar a ideia que apenas se está a aplicar a lei, porque a lei existe desde 1993. Portanto a questão é, se alguém não a cumpriu não foram os moradores, foram aqueles que não aplicaram atempadamente o que a lei prevê que é a possibilidade do aumento das rendas.

Aumentar, neste momento, em plena crise económica, alcavala as famílias mais vulneráveis e com menos rendimentos. Aplicar aumentos, de 200% e de 400%, a gente que passa de 25€ para 134€, e gente que passa de 100€ para 300€, é no mínimo insensato. É evidente por isso que tem de haver sensibilidade social por parte do executivo, que de encontrar formas de, por um lado de mitigar os problemas destas famílias decorrentes de aumentos tão acentuados, e as propostas que nós apresentamos vão no sentido justamente disto. Há espaço legal para que a Câmara possa tomar atitudes, e o que se está a pedir não é uma esmola, é ter em conta o momento de crise que se atravessa de situações concretas destas famílias.

Gostava de perguntar, porque é que só se lembraram de actualizar as rendas depois das eleições, se calhar teria sido melhor actualizar antes das eleições autárquicas, era muito mais transparente.

Do que aqui se trata no fundo é de resolver um problema social com bom-senso. Se levantamos o problema, não é para fazer dele uma bandeira política de qualquer partido, é sim para que aqui possamos tomar uma decisão sábia e sensata que responda aos problemas económicos e sociais dos nossos munícipes, e para que se contribua para dar uma imagem deste Município mais positiva, porque é um município que tem sensibilidade social para estes problemas.”

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):

“Queria aproveitar, mais uma vez, estar aqui nesta magna Assembleia para trazer mais alguns problemas que afectam directamente as pessoas, nomeadamente no âmbito da mobilidade e acessibilidade.

Moção

Por uma cidade com melhor Mobilidade e Acessibilidades

Viver numa cidade significa estar associado a uma certa qualidade de vida pela congregação e oferta de serviços (saúde, emprego, justiça, educação, transportes, etc.), emprego e infra-estruturas que é capaz de proporcionar aos seus habitantes.

A qualidade de vida urbana está sem sombra de dúvida também associada às boas condições de mobilidade e acessibilidade dos seus cidadãos, bem como daqueles que aí se dirigem.

Entendemos que a recente ligação entre a Guarda Inglesa e a Ponte Pedonal foi um passo positivo nesse sentido, pelo que louvamos. Mas acresce que a mesma carece de passeios para os peões.

No âmbito do título desta Moção continuamos a assistir a um número demasiado elevado de acidentes que ocorrem na Avenida João das Regras, em Santa Clara, aquando da “junção” do trânsito oriundo da Guarda Inglesa com o trânsito vindo do Alto de Santa Clara.

Nada foi feito até ao momento para facilitar e salvaguardar a segurança dos peões que se deslocam entre a Ponte Pedonal do Açude-Ponte e a ligação ao Fórum-Coimbra. Sendo que para este caso os peões têm de fazer parte do trajecto em plena faixa de rodagem, com a agravante do condicionamento da sua protecção pelos próprios “rails de protecção” que limitam a sua fuga em caso de despiste automóvel.

Continuamos a assistir ao condicionamento da qualidade e segurança das condições de travessia dos peões na ponte pedonal do Açude-Ponte. Neste caso, assiste-se diariamente à convivência perigosa entre automóveis e peões.

Pese embora algumas destas questões estejam salvaguardadas no Plano de Actividades e Orçamento, não podemos deixar de relevar que o papel das autarquias deva ser sempre exercido no sentido das pessoas e na resolução dos seus problemas, pelo que recomendamos que as questões levantadas sejam rapidamente resolvidas e que seja construída em tempo célere uma passagem pedonal na ponte pedonal do Açude-Ponte, com a finalidade de assegurar a segurança e a qualidade da mobilidade dos cidadãos que utilizam esta forma de locomoção.

Recomendamos ainda que o resultado desta recomendação seja apresentado a esta Assembleia

Ao que eu acrescento para além da moção, que sou frequentador diário da Ponte do Açude, utilizo aquela ponte, com veículos não motorizados e também a pé e vejo as dificuldades que as pessoas têm, ao atravessar aquele trajecto, nomeadamente cadeiras de rodas, pessoas que estejam debilitadas são extremamente complicadas e é extremamente perigoso.

Solicitava que realmente fosse feita alguma coisa nesse sentido.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Fonseca (CDU):

“A intervenção que venho fazer em nome da CDU centra nas questões da Educação.

Em relação:

“1-Centros Escolares / Obras em curso

A requalificação do parque escolar do 1 ciclo do ensino básico do concelho de Coimbra, tem sido para a CDU uma matéria de preocupação tendo em conta, não só situações de enorme degradação, com evidentes situações de risco para quem aprende e trabalha nesses edifícios — e lembrando apenas aquele que será o caso mais flagrante, a EB1 de Stª Cruz

-mas também pela necessidade imperiosa de requalificar apetrechando os edifícios com novas valências que respondam às exigências de uma escola pública de qualidade.

O financiamento por via do Programa “Mais Centro” — programa operacional regional do centro — garante, pelo que foi tornado público, verbas que permitam avançar e concretizar os projectos dos Centros Escolares da Solum Sul, de Montes Claros e da Quinta das Flores.

Sobre estes projectos a CDU volta a reafirmar:

-a pertinência da revisão quanto ao número de salas no Jardim de Infância que passará a integrar o CE da Solum Sul — 2 salas, como o que está previsto, é não responder à necessidade de oferta actual, cuja procura supera esta capacidade de lotação, é não considerar, neste projecto de construção de raiz, os dados de projecção demográfica da zona envolvente, é não assegurar uma resposta educativa às crianças em idade pré-escolar para o futuro. A manter-se o previsto é efectivamente desperdiçar verbas com custos que no futuro imediato vão implicar remendos que decerto sairão caros a esta autarquia;

-o cuidado que o Departamento de Educação deve ter no acompanhamento e monitorização das obras de requalificação em edifícios onde decorrem simultaneamente aulas. É o caso de Montes Claros e Quinta das Flores. O que temos verificado é que não tem havido por parte dos responsáveis os cuidados necessários à salvaguarda da segurança sobretudo das crianças, como disso é exemplo o que se tem passado na EB1 de Montes Claros. Consideramos ser imperioso, que antes de se iniciarem obras, se deve estudar e avaliar soluções alternativas capazes de garantir a segurança e a qualidade do dia a dia na escola.

Senhor Presidente da Câmara, a CDU solicita a V EX o seguinte esclarecimento:

-A construção da CE Solum Sul implica o encerramento da EB1 nº10 da Solum?

Ainda no âmbito das questões de educação a nível do concelho de Coimbra a CDU solicita outra informação ao Senhor Presidente da Câmara:

-Como está a constituição do Conselho Municipal de Educação? Ou seja, tendo em conta que estamos num novo mandato, após as eleições Autárquicas, já se procedeu à recomposição deste órgão?

-A CDU entende que se deve dar a conhecer a esta Assembleia a composição do Conselho Municipal de Educação, para que se possa saber quem, das diversas instituições e organismos, assume responsabilidades, num órgão que consideramos não tem vindo a ser potenciado ao nível das responsabilidades e dos objectivos para o qual foi criado.

A CDU gostaria neste contexto de parque escolar/estabelecimentos de educação e ensino colocar aqui algumas considerações e preocupações a esta Assembleia:

As questões do parque escolar não se limitam a estas, 1º ciclo e pré-escolar versus Centros Escolares (para quem preferir a designação). Parque escolar é toda a rede de instituições do pré-escolar ao superior, onde a educação e o ensino se praticam. Obviamente que estou a referir-me à rede, por enquanto, ainda pública de ensino. Deste leque de instituições consoante o grau de ensino temos:

-as universidades estão a proceder a um processo de transição para as designadas Fundações que mais não significa do que a oficialização da privatização do ensino superior. E digo formalização pois, se considerarmos que as propinas e o valor elevado das mesmas, são consequência do sucessivo desinvestimento do Estado neste sector de ensino, só falta mesmo privatizar para retirar do Estado a responsabilidade de oferta de um ensino superior público, gratuito, que permita a todos o acesso à formação. Afinal a qualificação cada vez mais elevada dos portugueses é uma aposta deste Governo ou não? Às vezes fico confusa com estas contradições. Decerto a tal qualificação deve estar restrita apenas a alguns...

-as escolas secundárias, por via da sua requalificação — que não negamos e muitas estavam e estão a necessitar de intervenção e melhoramentos urgentes esta ficou a cargo da Empresa Parque Escolar (EPE). Notícias recentes, divulgadas pela comunicação social, dão conta da intenção do Governo dar/oferecer à Parque Escolar às escolas secundárias (segundo consta será por Despacho). Curiosamente a Senhora Ministra da Educação, quando recentemente foi questionada sobre este assunto, garantiu que este processo não significava a privatização deste sector de ensino!

Existem evidências que nos têm de preocupar:

-esta cedência dos espaços mais não é do que uma alienação do património do Estado;

-a partir do momento em que a EPE é dona das escolas secundárias estas são o quê? Deixam certamente de ser escolas públicas e passam a ser público/privadas? Tipo Hospitais EPE ou Universidades/Fundações?

-quando assim for a EPE vai olhar para o ensino secundário como uma despesa ou um investimento na formação e qualificação dos jovens? Será que a tão usada perspectiva do “utilizador/ pagador” poderá estar no horizonte?

Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Senhores Jornalistas.

A preocupação que a CDU traz a esta Assembleia decorre de mais uma das medidas deste Governo que tem consequências nacionais, mas obviamente regionais e portanto a nível do concelho de Coimbra, dos seus alunos e das suas famílias. A privatização do ensino, gradual, em pequenos passos, não é, como dirão alguns, mais uma atitude alarmista da CDU. É uma realidade que devagarinho e de forma encapotada vai-se implementando no terreno. Veja-se como já referi as Universidades Públicas, as Actividades de Enriquecimento Curricular no 1 ciclo e agora as Secundárias... Se é cada vez mais evidente o afastamento dos alunos do ensino superior, por dificuldades financeiras das famílias em suportar os custos, esperemos que a médio prazo, no tenhamos de assistir a um fenómeno semelhante no ensino secundário.

Um País que no investe na educação e ensino das suas crianças e jovens, é um País com horizontes limitados que, afinal, no aposta assim tanto, na qualificação dos portugueses. Porque esta faz-se desde a base, num percurso educativo numa escola pública e gratuita para todos, para que a igualdade de oportunidades se cumpra, no respeito pelo cidadão, independentemente da sua condição económica e social.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

“O problema que aqui me traz é a questão da proposta da delegação da Agência Lusa, sair de Coimbra.

O vereador da CDU, numa reunião da Câmara já colocou esta questão, mas o grupo da CDU na Assembleia vem novamente alertar este assunto que nos parece preocupante.

Assim:

O GRUPO da CDU da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA manifesta

A sua grande preocupação pela intenção de encerramento da delegação da Agência Lusa em Coimbra.

A acontecer tal encerramento irá piorar o serviço público de informação, discriminará a Região Centro, já tão afectada por outros actos “centralizadores” como foi o caso, entre outros, da saída de Coimbra da Delegação da Direcção de Economia.

Numa altura em que se discute tanto o papel da informação democracia, consideramos que este é mais um acto de informação e de diminuição da democracia.

Se o Governo PS/Sócrates, muitas vezes com o apoio do PSD e do CDS, continuar esta política “centralizadora”, farão do país um grande monstro com duas cabeças e sem corpo e de Coimbra uma “aldeia” com uma Universidade e Hospitais!

O Concelho de Coimbra e a Região exigem que se estructurem os serviços públicos de informação, mas no sentido do reforço dos seus meios técnicos e humanos.

Apelamos a que a Câmara e a Assembleia Municipal de Coimbra façam todos os esforços junto da LUSA e do GOVERNO no sentido de anular esta decisão de reestruturação da LUSA.”

Intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Arzila:

“O que me trás aqui, será dar-vos uma informação e partilhar convosco uma interrogação.

A informação tem a ver que ontem finalmente, uma das mais pequenas freguesias do concelho de Coimbra constituiu os seus órgãos autárquicos.

A interrogação que gostava de partilhar convosco, como é que é possíveis situações destas no nosso concelho.”

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

“Eu queria confessar-vos uma das minhas fraquezas, porque obviamente há fraquezas inconfessáveis. E que é, de admirar imenso a obra de Manuel Alegre, e que para além disso gostar de ouvir algumas das músicas que tem por base os seus poemas.

Isto a propósito quando vinha para esta Assembleia Municipal, eu ter repetidamente voltado atrás na trova do “*Vento que passa*”. E lembrei-me então, na intervenção que pretendo fazer, socorrer-me do próprio Manuel Alegre, porque há poemas que nós ouvimos uma vida inteira, que admiramos, que ouvimos repetidamente e que tantas vezes se adaptam a circunstâncias actuais. São poemas eternos e são poemas eternos.

Nós admiramo-nos tantas vezes com as maldades que têm feito a Coimbra.

Na última Assembleia inclusivamente nós aprovamos uma moção sobre a Co-incineração, que do meu ponto de vista é uma das maiores maldades que fizeram a Coimbra. Da nossa parte cumprimos o nosso papel, reunimos enquanto Grupo Municipal com os deputados eleitos pelo CDS e pelo PSD, e demos em conjunto outros espaços.

“*Há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não*”.

Quando nós vemos ou assistimos à saída de serviços da Administração, Serviços Descentralizados da Administração Central de Coimbra, nós não podemos, não ficamos, nem podemos ficar calados, porque parece-nos não sendo uma cabala é de qualquer modo uma tentativa de apoucar Coimbra. Não é uma descentralização. É uma tentativa de apoucar Coimbra

E por isso aqui também, “*há sempre alguém que regista, há sempre alguém que diz não*.”

Aliás sobre este assunto é bem elucidativo, a entrevista que é dada pelo Director Regional da Economia, que nem me quero socorrer dos termos que ele próprio utiliza para classificar a encomenda para Aveiro da Direcção Regional de Economia.

Quando um qualquer Administrador, julgo eu, fala no encerramento da Agência Lusa, ou da delegação da Agência Lusa em Coimbra, é preciso dizer não, é preciso que “haja alguém que resista é preciso alguém que diga não.” Nem tudo são más notícias, tivemos a notícia que é boa, finalmente se vai avançar com a escada de peixe na Ponte de Açude.

Mas o rio Mondego precisa muito mais do que isso, até possivelmente sendo boa a notícia, precisa de uma intervenção muito mais importante e muito mais rápida. Os paredões do rio Mondego, que eu saiba, mas por ventura a líder da bancada do Partido Socialista, não é porventura e concerteza saberá muito melhor do que eu, estão em sérios riscos de abater, é preciso dar o alerta de que há um assoreamento profundo do rio. É preciso intervir no rio Mondego.

Há um conjunto de situações que nos entristecem e diria que não estou aqui para fazer um ataque a este ou aquele governo, até porque há situações que trespassam os vários governos e são da responsabilidade de todos.

Mas o que eu quero, e que nós desejámos desde o primeiro dia, é que em assuntos que toquem Coimbra, que toquem a nossa sensibilidade, que toquem os nossos interesses é preciso que haja “alguém que diga não, é preciso alguém que regista”.

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“O tema que me trás aqui é um tema rápido e breve, era questionar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Esta Assembleia Municipal, hoje, assemelha-se a uma centopeia com uma perna de pau, quando anda faz "99 tikes e 1 tak". Hoje pode intervir nesta Assembleia 63 deputados, mas há um que não existe. Não se encontra presente, nunca se encontrou, nunca assinou o acto da instalação desta Assembleia a sua posse.

Hoje é a quarta Assembleia, sem a presença do eleito pela lista do Engº Pina Prata, penso que nunca apresentou nenhuma justificação.

A questão é dirigida ao Senhor Presidente da Mesa, se sabe, se essas faltas foram justificadas, e o que fez o Senhor Presidente da Mesa sobre este assunto.

Como não temos Regimento da Assembleia actualizado e aprovado, não sei se, este eleito já perdeu ou não o seu mandato.

Gostaria de ser esclarecido no seguinte:

-Foram marcadas faltas injustificadas?

-Foram as mesmas justificadas?

-Ao fim da terceira falta injustificada não tem perda de mandato?

-Não deveríamos hoje estar a deliberar sobre o preconizado artigo 53º alínea p) do Quadro de Competências e do Regime Jurídico do Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, que diz o seguinte:

Artigo 53º da alínea p): deliberar sob os recursos interpostos da demarcação de faltas injustificadas aos seus membros.

Era isto que eu queria questionar o Senhor Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal respondeu de imediato ao deputado Jorge Lemos, dizendo que era amigo e colega da pessoa em causa, leu nos jornais que ele lhe queria falar, mas não falou, acrescentou que iria falar com ele sobre o assunto e a partir daqui não havia hipótese.

Finalizou dizendo que o deputado Jorge Lemos tinha toda a razão e iria agir em conformidade.

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

"O que aqui me trás é uma situação muito simples e que é preciso esclarecer.

O senhor deputado Carlos Clemente, por causa da indignação para a Comissão de Licenciamento Comercial teve a oportunidade de referir a sua insatisfação pelo facto dessa comissão, ou pelo menos, da impossibilidade dele não ter assento nessa comissão.

Quero dizer, com toda a franqueza, na altura em que o assunto foi colocado, eu próprio deveria ter levantado a questão. Porque não ignorando que efectivamente a lei foi alterada, pensei que e eu aqui apresento naturalmente neste sentido de afirmação e de assumir, essa responsabilidade, admiti que o facto, de se pretender que um elemento desta Assembleia Municipal pudesse vir integrar essa comissão, resultaria de uma situação que eu na altura não tive a oportunidade, porque não tive tempo, aliás, quando a situação me ocorreu, de verificar se a própria lei, tinha ou fez a previsão relativamente a análise de processos em curso. Eu, fiquei com a dúvida em saber se essa situação era aplicável exactamente aos processos anteriormente iniciados e se a nova lei se aplicava pura e simplesmente aos novos processos, e não, àqueles que anteriormente tinham sido iniciados.

Com base dessa dúvida, quando analisei isso, eu parti desse princípio, e aliás penso que também aqui os serviços, não fizeram nem agendaram esse ponto com qualquer outro intuito. De qualquer das maneiras percebo, incomodidade e também

lamento que eu pessoalmente que era a mim que me competia, e confesso que analisei a situação mas também de forma benigna, não foi com qualquer intenção de estar aqui a criar dificuldades a alguém.

Em relação à Mesa evidentemente que também não teve culpa na matéria, porque como eu fui o anterior representante desta Assembleia nessa Comissão de Licenciamento Comercial, era a mim que competia chamar a atenção, como não o fiz, peço desculpa por isso é raro pedir desculpa mas desta vez faço-o tenho que assumir.”

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

“A minha intervenção prende-se com a moção apresentada pelo deputado municipal Serafim Duarte.

Em abstracto, o Partido Socialista concorda com as preocupações subjacentes à moção.

No entanto, tendo em conta que estamos a falar de determinados valores, tendo em conta que há variáveis que nós consideramos que devem ser analisadas cuidadosamente, aquilo que sugeríamos ao deputado Serafim Duarte, era que esta moção fosse remetida para o executivo e que o executivo pudesse antefazer um estudo prévio, nomeadamente no que toca ao valor das rendas e de universo dos beneficiários, o valor das renda que vão começar a pagar, também qual a percentagem de beneficiários que neste momento possui doenças e que o estudo contemplasse ainda o facto da fixação das rendas, terem conta a despesa da manutenção dos edifícios e que o estudo também análise no fundo a intervenção da Câmara previamente definida por lei, no que concerne a recuperação de imóveis, tendo em conta os inquilinos que possuem rendimento superiores aos proprietários privados pobres.

Assim, na nossa opinião estaremos em condições de analisar correctamente a moção e acreditamos também que os outros partidos estarão melhor.”

Intervenção do deputado municipal Lencastre Campos (Por Coimbra):

“A minha intervenção prende-se com uma entrevista que vi na semana passada do Dr. Almeida Santos, uma pessoa em que tenho grande estima pessoal.

O que me chamou mais a atenção o enfoco em relação a Coimbra, a sua centralidade e o seu desenvolvimento.

Ele diz uma coisa muito simples que todos nós já sabemos. Coimbra só se ultrapassará a si própria, e começará a ser importante a nível nacional com a ajuda fundamental da Cidade de Coimbra.

Gostava de chamar a atenção para uma série de pontos que se têm passado, relativamente à própria Universidade de Coimbra.

Nós temos hoje em dia uma Universidade que tem um Pólo Central em Coimbra e que ainda não conseguiu verdadeiramente estender os seus tentáculos pelo distrito e pela região.

Temos perto de nós a Universidade de Aveiro, que o tem feito e perigosamente tem apanhado alguns “nichos” do mercado, que poderiam pertencer à própria Universidade de Coimbra.

Deixo aqui um apelo à própria Universidade e à Cidade, um facto que me chamou a atenção que é a Figueira da Foz, ter perdido a sua Universidade Interna Nacional, pode-se dar o caso, que se não for a Universidade de Coimbra a ocupar o espaço deixado pela Internacional, pode ser a Universidade de Aveiro a tomar esse espaço.

Um Pólo, qualquer um deles, isto pode acontecer e espero que isto não aconteça, espero que a universidade de Coimbra tenha atenção a isso.

Gostei muito da entrevista do Dr. Almeida Santos, acho que ele tem muita razão naquilo tudo que ele diz. Sei também obviamente porque cresci e vivi nesta cidade, o que foi viver nesta cidade alguns anos atrás, agora, o que tem sido depois disso.”

Intervenção do Presidente de Junta de Santa Clara:

“Na última Assembleia apresentei o relatório da minha representatividade no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Viseu, para o qual fui indigitado por esta Assembleia.

As despesa que fiz, como por exemplo as refeições, ainda, paguei do meu bolso, porque ainda não recebi quero demonstrar aqui o meu desagrado porque havia de haver dinheiro para essas coisas, nós que somos eleitos para representar Coimbra e ainda temos que pagar as despesas que não ficam baratas.

Outro assunto, queria dizer ao Dr. Maló de Abreu que, já me manifestei em jornais, sobre os paredões do Rio Mondego. Neste momento têm uma fissura de mais de meio metro. Até ver nada se fez, quando acontecer alguma coisa quero ver quem são os responsáveis.

Na última Assembleia estive aqui a falar sobre o edifício do Quartel de St^a Clara, o Museu Militar já não existe, acabou tudo o que estava naquele edifício. Nada se faz, ninguém levanta um dedo para se fazer alguma coisa. E Coimbra continua a perder sem se fazer nada!

Agora queria falar da minha freguesia, estou com problemas, há 2 anos que tenho dificuldades de fazer a Feira-Popular, neste momento, trago aqui o papel de pagamento de ordenados, paguei cerca de 148 mil euros de ordenados a 8 funcionários, recebo desta Câmara 10 mil euros, como é que eu vou conseguir, se não fizer feiras? Ou se não alugar palcos? Ou não andar a prestar serviços aos outros? Como é que arranjo 200 ou 300 mil euros? Agora meteram a feira e a ACIC em cima o que é que eu hei-de fazer? Vou entregar os trabalhadores à Câmara até era bom! Quando cheguei à Junta de Freguesia tinha 3 trabalhadores destacados da Câmara de Coimbra em St^a Clara, hoje tenho um, talvez uma inutilidade que para lá mandam.

Gostava de pedir ao Senhor Presidente, não estou a exigir nada, que pudesse até pagar a um ou dois trabalhadores porque isto está a ficar impossível.

Eu recebo desta Câmara disponíveis 10 mil euros, paguei 148 mil de ordenados, não consigo despedir as pessoas são funcionários públicos, ao menos que a Câmara me ajude na Feira-Popular e nos eventos que a junta organiza porque de outra maneira só posso fazer uma coisa, mandar os empregados para a Câmara.

Quero aqui dizer que em 34 anos de democracia foi a primeira vez, a primeira vez que os trabalhadores funcionários públicos da Junta de Freguesia de St^a Clara fizeram greve, e fizeram por uma razão, porque têm a liberdade. Estou preocupado também com o futuro deles, e o futuro deles é a Junta de Freguesia conseguir-lhes pagar os ordenados.”

Intervenção da deputada municipal Eliana Pinto (PS):

1. Vou falar sobre dois pontos, um relacionado a aprovação das actas da Assembleia Municipal, e a respectiva colocação da página da web da Câmara Municipal de Coimbra.

2. SIADAP

O que são actas de um qualquer órgão Municipal?

-São documentos administrativos que retratam fielmente todas as deliberações do órgão, mas fundamentações e informações prestadas, razão pela qual são as únicas ajudas em tribunal como prova em caso de conflito.

-Razão pela qual elas terão de ser aprovadas pelo órgão, por regra na reunião seguinte.

-É por isso que é com grande espanto que observo a irrelevância dada a este documento administrativo, na Câmara Municipal, mas sobretudo na Assembleia Municipal.

-Esta é a 4 sessão da AM do mandato 2009/2013 e não foi aprovada qualquer acta.

-Por consequência nenhuma acta do actual mandato foi colocada online como sucede com as do órgão Câmara Municipal.

-Isto tudo para dizer que o Grupo Parlamentar do PS quer saber o que se passa e exigir ao Presidente da Assembleia Municipal o cumprimento e respeito pela lei. Até para defesa dos próprios interesses Municipais.

Caso o Município pretenda concorrer a um qualquer Co-financiamento, por regra as estruturas de apoio técnico das entidades financiadas podem exigir algumas deliberações da AM, solicitando as actas devidamente aprovadas.

2- SIADAP – PRÉMIOS

-O PS não tem especial interesse em se tornar repetitivo, neste ou noutros assuntos, até porque sê-lo não lhe aproveita em nada.

-Porém, o PS também não descansará enquanto as situações menos claras não ficarem esclarecidas.

-É sabido que:

a) Com a entrada em vigor da **LUCR**, em conjugação com o SIADAP e as leis do orçamento de Estado muita coisa mudou na Gestão dos Recursos Humanos, na Administração Pública;

b) As leis confiaram em demasia na capacidade dos agentes políticos, por um lado, e na dos dirigentes, por outro.

c) De facto, o sistema só funciona se agentes políticos e dirigentes assumirem pessoalmente estas novas responsabilidades, por um lado, e, por outro, se compreendem que o seu não empenhamento poderá por em causa tudo.

d) É o que tem sucedido na Câmara Municipal de Coimbra.

e) E não vale a pena o Presidente da Câmara e outros agentes políticos afirmarem que os trabalhadores não aceitam a existência de quotas.

f) Dizer isso é generalizar e simplificar um assunto que tem outros contornos simplificar esta questão é a maior **demonstração** da prova importância e do pouco empenhamento pessoal que o Presidente de facto, dá a estas matérias.

g) Na verdade;

- Os trabalhadores indignam-se muito mais com o desrespeito das regras impostas por lei na definição de objectivos, com objectivos a serem acordados muitos meses após o prazo legal;

- Os trabalhadores indignam-se muito mais com o desrespeito das regras impostas por lei na fixação das quotas e não tanto com a existência de quotas, ideia com a qual, em abstracto, concordo. Nem todos somos EXCELENTES OU MUITO BONS!

- Os trabalhadores indignam-se muito mais com a utilização da regra excepcional prevista no artigo 48. da LUCR sem que ela esteja amplamente fundamentada como exige a lei;

(Promover trabalhadores que podem ser apenas MUITO BONS e não EXCELENTES várias posições remuneratórias acima da sua e com apenas 1 MUITO BOM e não 3 como exige a regra geral)

- Os trabalhadores indignam-se muito mais com o não cumprimento do despacho do Presidente, que afectou verbas do orçamento de 2009 da a atribuição de prémios de desempenho referentes à avaliação de 2008, ainda não pagos em 2010 e já não possíveis de pagamento.
- O orçamento de 2009 contemplou o valor de € X para pagamento de prémios de desempenho relativos à avaliação de 2008.
- Hoje, estamos já a viver do orçamento de 2010 que também tem um valor previsto para pagamento de prémios relativos à avaliação de 2009, logo não possíveis de afectação **aos** prémios de 2008 (estes tinham de ser pagos pelo orçamento de 2009 que findou em 31/12/2009).

Gostava de saber o que vai a Câmara Municipal de Coimbra dizer aos trabalhadores que verão as suas expectativas e interesses legítimos **governados por omissão**.

Só lhes resta o Tribunal!

- Finalmente, apenas quero concluir dizendo que isto só sucede porque:
 - a. A LUCR e o SIADAP não são respeitados, designadamente os seus prazos;
 - b. Se fossem assinados objectivos a tempo e horas;
 - c. Se fosse feita a auto-avaliação e a avaliação a tempo e horas;
 - d. Se fossem comunicadas avaliações aos avaliados a tempo e horas;
 - e. Se os recursos e reclamações por consequência fossem feitas a tempo e horas e eles dependem da data da comunicação das avaliações;
 - f. Os Recursos Humanos teriam o tempo mais que suficiente para até 31/12 ter as avaliações finalizadas e por consequência as listas dos trabalhadores em condições de receber prémios;

Gostava de saber o ponto de situação disso e finalmente na sequência disto, propor e entregarei de imediato a moção à Mesa.

Assim:

-Nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 53º da Lei 5-A/2002 que altera a Lei 169/99 de 18 de Setembro o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe:

- Seja constituída uma Comissão ou Grupo de Trabalho, nesta Assembleia para analisar a forma como o SIADAP está a ser aplicado na autarquia, na defesa pelos interesses legítimos de todos (trabalhadores, dirigentes e agentes políticos).
- Nos termos da lei esta Comissão não deverá perturbar a actividade normal da Câmara Municipal propondo-se que o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal interface, relativamente ao relacionamento entre esta Comissão e o município."

O Presidente da Assembleia disse que, quanto as actas estava hoje para aprovação a acta de 25 de Novembro.

Aliás, a prática de sempre seguida é distribuída a acta e quem não se sinta representado pelo que está escrito, corrige. Depois de feitas as correcções como sempre se fez, a acta é considerada aprovada.

A de 29/12 como sabem houve problemas de gravação, os serviços já fizeram através de um ofício o pedido de colaboração de quem fez intervenção, ajudem a elaborar a acta.

A que está para aprovação é a de 25/11 e a outra não está hoje por esta razão.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Vou começar pelo fim.

Penso que a proposta aqui apresentada pela deputada Eliana Pinto faz todo o sentido, não só pelas matérias muito concretas e que objectivamente aqui foram determinadas, mas faz mais sentido que esta Assembleia não se pode eximir de um esforço de acompanhamento daquilo que diz respeito à Gestão dos Recursos Humanos.

Faz todo o sentido, que os órgãos fiscalizadores tenham uma atenção mais permanente em relação ao cuidado, digo o cuidado na sua acepção mais ampla, na aplicação de uma legislação, que pode, não digo que é, mas que pode ser, efectivamente penalizadora dos trabalhadores e, caso não seja correctamente aplicada, traduzir-se em injustiças efectivas que resultam não só, de quem as aplica mas também de quem criou a lei.

Portanto, penso que a deputada Eliana não estará em desacordo, que eu faça uma alteração no âmbito desta comissão que deixe de ser exclusivamente para acompanhar o SIADAP, mas também para acompanhar a Gestão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Coimbra, que faz mais sentido porque o SIADAP é uma resultante ou melhor é uma componente da gestão de recursos humanos e penso que também a política de contratação, a política de cabimentação, a política de conhecimento dos quadros necessários e da contratação, faz todo o sentido que seja acompanhado do ponto de vista mais amplo por esta Assembleia.

Portanto, não desmerecendo minimamente, pelo contrário, procurando complementar a intervenção da deputada Eliana que me parece verdadeiramente razoável, fazia essa proposta.

Alargamos esta componente que é ligeira, mas o seu conteúdo dá-lhe um significado muito maior.

Não foi isso que me trouxe aqui mas, de qualquer forma não deixarei, chamar a atenção, porque tem muito a ver com o papel desta Assembleia e o seu funcionamento.

Na última Assembleia, chamei a atenção que a 25 de Novembro, a CDU fez uma proposta com base nos consensos estabelecidos por todas as bancadas parlamentares de alteração do Regimento. Na Assembleia que antecedeu a esta, suscitou que fossem desencadeados, todos os mecanismos estatutários e regimentais no sentido de que fosse dado com substanciação a alteração regimental. Continuamos nesta Assembleia a isto não ser feito, não ser aqui presente, não haver trabalho.

Daí que, eu proponha uma proposta formal apesar de ser oral, e de acordo com o regimento e nos termos regimentais e nos termos do artigo 63º, nº1 do Regimento, e em nome do Grupo Municipal da CDU, proponho que na próxima quarta-feira dia 3, com alternativa de horário, que reúna em conferência os representantes dos grupos municipais com único ponto de ordem de trabalho:

-Abordar a revisão do regimento, de acordo com as propostas já apresentadas, na sessão de 25/11 /2009.

Isto é uma proposta concreta, que, não carece de aceitação, é, uma prerrogativa deste grupo municipal, de suscitar esta reunião, esta conferência é uma conferência consultiva de apoio ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas nos termos regimentais é também imperativa a sua reunião.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Queria em primeiro lugar fazer uma saudação especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arzila, que finalmente encontrou um executivo na sua terra. Saudações que de igual modo que quero dirigir a esse povo de Arzila, que da mesma forma viu a constituição da sua junta de freguesia, passados 6 meses das eleições, Arzila está de parabéns.

Quero fazer uma intervenção curta.

Quero-me dirigir ao Senhor Presidente desta Assembleia, para lhe dizer que os documentos que recebi, para esta Assembleia, foram entregues na sexta-feira à tarde.

Tenho a máxima consideração por V. Ex^a e penso que V. Ex^a tem toda a consideração por todos os deputados, penso que todos eles, se quisermos ser coerentes com nós próprios, não estamos em condições de ajuizar e votar para se conseguir uma deliberação que seja a melhor em termos da lei, da democracia, e da nossa Cidade de Coimbra.

O que peço ao Senhor Presidente é para ter a preocupação de nos fazer chegar toda a documentação para estudarmos os assuntos, com mais celeridade.

Recebi na sexta à tarde. No sábado vim à Baixa, dirigi-me à Câmara e a porta estava fechada, bem como no domingo.

Devo dizer que não tenho só isto para fazer todo o tempo é curto, para quem tem os seus afazeres e também para podermos analisar os documentos para podermos votar com convicção naquilo que estamos a fazer por isso peço com devido tempo a entrega dos documentos. Não voto esclarecido.

Também em termos informáticos sou um pouco apoucado, de modo que, não vou à Internet ver qualquer assunto no que possa lá constar.

Ao Senhor Presidente da Câmara queria dizer-lhe que tinha saudades de uma informação escrita dirigida a esta Assembleia, a informação escrita que reporta a ordem de trabalhos.

Mas quero dizer, que não é essa a informação escrita a que a lei e o nosso regimento se refere. Basta ler o artigo 29º, que não se refere este conjunto fotocopiado de deliberações camarárias tomadas, não é esta a informação a que temos direito, e portanto, o que peço quer ao Senhor Presidente da Assembleia quer ao Senhor Presidente da Câmara é que a documentação e as informações que cheguem aos deputados municipais como devem ser.

Queria dizer à senhora deputada que fez referencia à Lusa, quero manifestar a solidariedade do Partido Socialista e que estamos no mesmo espírito em a Lusa e que a Delegação não saía de Coimbra.

Pedia-lhe que a sua bancada e todos nós fôssemos solidários em matéria de imprensa, em matéria de comunicação social, como sabe, se vê privada de poder assistir a todas reuniões camarária deste município. Nós aqui somos absolutamente coerentes nesta matéria.

Quero deixar uma palavra ao Dr. Maló de Abreu.

“Há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que nos diz não”, mas, quem diz não, não é Coimbra, não é o Partido Socialista, não são os deputados do Partido Socialista, quem diz não é o PSD! Ponham-se de acordo.

Posso exhibir-vos um recorte de um jornal da nossa cidade: PSD Leiria diz que o Governo beneficia Coimbra. Ponham-se de acordo.

Coimbra, dizem que há tudo, Leiria diz que vem tudo para Coimbra.

Não sabemos a quem havemos de agradecer.

Mas a verdade, não há nada que exemplificar, ao menos com um ou outro pormenor que poderiam ser muitos, não íamos agora aqui a passar recortes e recortes. Sei bem que os senhores jornalistas não estão aqui presentes não vão desmentir as suas páginas dos jornais.

Posso vos dizer outra a título de exemplo, milhões para 50 centros escolares são estes os títulos de jornais que passam pela nossa cidade.

Mas, como se isso não bastasse, também para desmentir, sou a voz pública de oposição queremos dar-vos alguma página no nosso orçamento que está ainda em discussão e em termos de PIDAC nos põem em 4º lugar.

1º-Lisboa, 2º-Porto, 3º-Faro, Coimbra 4º e depois em 18º as Regiões Autónomas, os factos afinal desmentem aquilo que os senhores dizem.”

O Presidente da Assembleia deu uma explicação ao facto levantado por este deputado relativamente ao atraso na entrega dos documentos para esta Assembleia. O facto de Fevereiro ser mais pequeno, Carnaval pelo meio, no entanto, e como sempre, regista-se o enorme sacrifício administrativo que fazem para entregar aos Senhores deputados os documentos.

Intervenção do Presidente de Junta de S. Bartolomeu:

“Venho aqui solidarizar-me com o Presidente de Junta de Stª Clara, o deputado Simão tem toda a razão, é um duro ouvir o que ele disse, mas as verdades são para ser ditas no momento certo, espero que não volte a acontecer puxarem-lhes as orelhas.

Quero dizer o seguinte:

Não consigo perceber, porque é que não há um entendimento entre a ACIC e a Junta de Freguesia de Stª Clara. Também não percebo porque é que ACIC tem 130 mil euros de subsídios para a realização da Feira Industrial e Comercial, e para a Junta de Stª Clara tem 7 mil e trocados, sinceramente acho que, o Presidente da Junta de Stª Clara tem toda a razão.

Venho aqui propor ao Senhor Presidente da Câmara se fosse possível, quando na distribuição das verbas para a ACIC que englobasse a Junta de Stª Clara no mesmo bolo e dividisse as parte por partes iguais. Porque ambos não sabemos se é melhor se é pior. Uns cortam fitas e dão champanhe, e muitas vezes o Presidente da Junta anda na lama para que a feira corra da melhor maneira possível.

Deixo esta proposta ao executivo, para que de facto este ano se entendessem com a ACIC para que as datas não sejam coincidentes.

Para terminar nunca ouvi dizer que trabalhadores de uma junta de freguesia fosse ela qual fosse tivessem feito uma greve. Só em Coimbra. O que é lamentável pelas razões expostas pelo meu colega de Stª Clara.”

Intervenção do Presidente da Câmara:

"Gostaria de dar duas ou três breves respostas, em função das questões que me colocaram que são relevantes.

Vou responder à senhora deputada da CDU que colocou a questão da escola de St^a Cruz.

A escola de St^a Cruz é uma escola que faz este ano 100 anos, é uma escola foi pensada numa altura com uma condição completamente diferente, daquelas que são hoje as condições das escolas actuais de ensino.

Portanto, das duas uma, ou nós encontramos uma forma de ampliar o recinto escolar, de tal maneira que ele possa incorporar uma escola moderna com o conceito que hoje aplicamos ou então temos que dar um destino àquele prédio, e porventura teríamos de a fechar. Analisei a questão com bastante atenção, e a minha sugestão aos serviços foi esta:

A escola de St^a Cruz deve ser mantida como escola, ela faz falta às pessoas que trabalham na Baixa e que gostam de deixar os filhos perto dos locais de trabalho. A escola de St^a Cruz tem uma frequência grande, porventura demasiada em relação às condições que tem e esse é um dos problemas. A escola de St^a Cruz tem uma estrutura interna que é muito difícil, assenta fundamentalmente em várias escadas e em vários patamares, o que não ajuda à prestação do ensino.

Mas, como a casa ao lado que eu descobri que pertence à Casa de Infância Desvalida, eu propus que os nossos serviços fizessem uma proposta de avaliação, e depois de compra para decisão da casa que está ao lado, porque com toda a certeza com a disponibilidade daquela área, nós conseguimos fazer daquela escola o que nesta altura ela não comporta e não o tem.

Portanto, a solução será porventura a aquisição da escola, a elaboração de um projecto da remodelação daquele conjunto, significa um projecto muito exigente em relação a todo aquele conjunto ou seja, para a escola e o prédio ao lado. A eventual forma de repensar o número de alunos a alojar naquela escola, e aí já podemos falar de uma escola a funcionar em regime de normalidade de acordo com os nossos padrões.

Esta é a solução que eu levei algum tempo a encontrar.

Outras diligências que eu fiz com as Forças Armadas, com a Escola Secundária Jaime Cortesão para cedência de instalações, não foram coroadas de êxito, como nunca são, portanto, como também normalmente acontece temos de resolver o problema nós próprios.

Em segundo lugar, não me queria pronunciar sobre a Agência Lusa. Se o Dr. Fausto Correia estivesse a assistir hoje, vivo, aquilo que está a acontecer à Agência Lusa, certamente fazia aquilo que ele normalmente fazia, que era protestar, protestar e protestar, contra o seu próprio Partido e o seu próprio Governo.

Mas queria fazer uma homenagem especial a um cidadão, na relação que teve connosco que foi verdadeiramente exemplar, é o Sr. Dr. Justino Pinto. Para quem não saiba quem é o Dr. Justino Pinto ele foi forçadamente o Director Regional da Economia. Este homem sempre se mostrou completamente contrário à solução que veio a ser implementada.

Hoje, tem a coragem de dar uma entrevista pública, na qual faz afirmações que pela sua gravidade e pela sua densidade, acho que deveriam ser meditadas por todos.

Não é o facto só, da deslocação da Direcção Regional para Aveiro, ser um negócio político, como ele diz e com que intervenientes, não é o facto só, de ele concluiu com base nos números que tem de que a percentagem de Aveiro em relação a um

conjunto é 20%, e que não conseguia convencer os Agentes Económicos de Aveiro a procurarem a Direcção Regional de Economia. Isto é, por mais expediente que o Dr. Justino Pinto tivesse ele não conseguia fazer aquilo que era impossível, que era fazer com que as pessoas procurassem uma coisa que não precisavam.

Eu sei que não vale a pena falar aqui da ignorância mesmo, de alguns membro do governo em relação às questões que tratam. Porque às vezes quando as pessoas falam de uma determinada coisa, por exemplo a Economia e a Região de Aveiro e o peso da Economia e a Região de Aveiro, esses membros do governo como foi o caso, citam vários exemplos de unidades económicas que não estão na região centro mas estão na região norte. E, assim, demonstram a sua absoluta ignorância em relação a decisões governamentais, e que estão na base daquilo que Dr. Justino Pinto aqui acrescenta. Ele diz em determinada altura da sua entrevista, *“eu para fazer uma coisa que não tinha pés nem cabeça empenhei-me a fazê-la, não acreditei nunca que me dessem o dinheiro necessário para uma coisa que era desnecessária em si mesma.*

Ía com a ideia a Lisboa de propor 350 mil euros para fazer as mudanças, as preparações necessárias, de uma ínfima parcela de duzentas e tal metros para a Direcção da Economia. Fiquei admirado porque me deram meio milhão de euros para fazer isso. Salienta ele em época de dificuldade económica.”

Portanto, a deliberação governamental que ele ataca nos seus fundamentos, um por um, acabou por ser uma forma de consumir dinheiro público numa solução que classifiquei sempre de estúpida, de ignorante e de impossível.”

Dr. Justino Pinto certamente tem daqui, não só, a nossa gratidão por denunciar publicamente isto, mas a nossa gratidão por ser um homem íntegro e pior ser um homem íntegro não se pode calar, aquilo que lhe vai na alma.

Queria depois acrescentar algumas coisas em relação ainda a matéria de educação e também em combinação em matéria de educação com a questão da aplicação do QREN.

Eu participei no fim da semana passada, numa cerimónia que me emocionou evidentemente que emocionou todos os presentes, como na verdade, foi significativa em termos daquilo que tem sido a nossa posição quanto à educação nas escolas.

Refiro-me, o senhor Presidente da Junta da Freguesia de Castelo Viegas sabe bem, da renovação total da escola de Castelo Viegas. A mesma que esteve para fechar, a mesma que a população e a Junta de Freguesia e a Câmara impediram que fechasse e que tem hoje condições como nunca teve, em toda a sua existência. Foi objecto de uma posição da nossa parte, foi uma posição da nossa parte muito clara e muito essencial do ponto de vista das questões da educação.

Nós sempre colocamos a questão do encerramento das escolas, com a prudência e o equilíbrio necessário, a que o encerramento das escolas nunca se fizesse contra as associações de pais, a população e as Juntas de Freguesias e que deveria ser submetida ao seu veredicto qualquer encerramento, e que não fosse feito de uma maneira cega, como era menos de 20 alunos fecha, porque isso seria a destruição total de muitas das bandeiras das comunidades locais, que integram o nosso concelho. O nosso concelho ainda não é um concelho suburbano no sentido portanto da região metropolitana de Lisboa, os critérios que aqui aplicamos tem de ser divididos diferente, adaptados à nossa circunstância às nossas condições e por isso a exigência que fizemos foi uma exigência que teve todo o sentido e levar a sua consequência prática.

Em relação a estas matérias falei algumas vezes em público, não falo muitas vezes em público nem gosto de dizer muitas vezes a mesma coisa. Mas convém em determinada altura fazer o balanço daquilo que dissemos e daquilo que se conseguiu.

Quando nós falámos na essência dos centros educativos também, quando nós falamos naquilo que era o nosso conceito de centro educativo, nós dissemos que ou o país era riquíssimo e portanto, poderia transformar tudo em centros educativos de um único edifício, com todas as condições para toda a gente à mistura do concelho, ou então aceitávamos um conceito em que um centro educativo era a junção de uma escola do ensino básico com um jardim de infância que lhe fosse connexo ambos públicos, ou a conexão de uma escola com jardim de infância de uma IPSS que lhe fosse conexa da mesma zona. Porque só assim se combinavam os efeitos e se poupava dinheiro necessário para construir onde era preciso, e para não consumir obras de regime. E nessa mesma altura tivemos uma discussão grande com o Ministério da Educação e a Senhora Ministra, a que saiu, teve a bondade de vir aqui á Câmara Municipal, dizer-me que o meu conceito estava correcto. E depois disto, eu coloquei outro problema, concretamente em paralelo com este que era o seguinte:

As verbas afectas ao QREN na concepção que tinha sido dado anteriormente não chegariam para $\frac{1}{4}$ daquilo que as pessoas quereriam fazer. Então o que aconteceu foi que verdadeiramente depois, se alterou não só a aplicação das regras do QREN, mas como houve um pronunciamento do Governo pelo qual assumia as responsabilidade de reforçar naquilo que era necessário as verbas do QREN destinadas à educação. Isto é, chegou-se à conclusão que a primeira dotação do QREN para a Educação era absolutamente insuficiente.

Já na altura levantei uma outra questão, igualmente importante que era a questão das percentagens do QREN a atribuir aos edifícios escolares.

O critério que era proposto era o seguinte:

Era fixado um determinado valor para as salas de aula e era em função desse valor, para as salas de aula, que se atribuía a percentagem do QREN, o que significou que muitos dos meus colegas Presidentes de Câmaras que tinham realizado já obras, ficaram de mãos na cabeça porque a percentagem que lhes era atribuída para a tal escola nova que diziam que tinha de ter refeitório, que tinha sala de aulas, que tinha de ter recreios, acabavam por roçar importâncias na ordem dos 35% ou 45% do valor total de investimento.

Significava, que eles ficavam com um menino nos braços sem poderem resolver esta questão.

Bom, a pressão da Associação Nacional de Municípios, e a minha própria intervenção, no Conselho da Região, vai certamente levar a que este critério seja corrigido, a percentagem seja ampliada, e portanto, este objectivo é um objectivo fundamental em relação à educação seja corrigido.

Queria por último, falar na questão do financiamento através do QREN. E para dar aos senhores deputados uma ideia do que até a esta altura conseguimos e da sua importância relativa.

O Quadro Comunitário de Apoio nº2 conseguiu para a Câmara de Coimbra, qualquer coisa como 27,8 milhões de euros;

O Quadro Comunitário nº 3 conseguiu para a Câmara Municipal de Coimbra 41,7 milhões de euros;

O QREN conseguiu para a Câmara Municipal de Coimbra, até agora aprovados, significa que ainda temos projectos para aprovar, qualquer coisa como 44 milhões e meio de euros;

Significa portanto, um esforço muito grande da nossa parte, de ter projectos, de ter bons projectos, de os ver competir e serem aprovados, e garantir um nível de investimento que é sem sombra de dúvida, um nível de investimento muito importante para os próximos 4 anos.

Já o disse e repito que a partir de 2013, eu não sei o que é que, nós poderemos fazer de investimentos. Porque, acabando os Quadros Comunitários de Apoio, eu não sei como é que o Estado Português vai sobreviver em relação à sua capacidade de investimento.

Permitam-me que seja um pouco e pense apenas um pouco só em mim, dizendo na verdade, sendo este o meu último mandato, eu fico tranquilo, em relação a isso, em relação a mim.

Mas, aqueles que me seguirem vão ter uma tarefa de tal maneira pesada, de tal maneira difícil, que eu na verdade terei muita dificuldade em verificar como é que o País depois de 2013 vai equilibrar-se.

Com as dívidas públicas que existem, com a capacidade de crédito que registe e com a impossibilidade de suplemento da alma do QREN eu não sei o que vai acontecer. Mas temo que aconteça alguma coisa de muito má, porque verdadeiramente nem para o investimento, nem depois para a manutenção nós temos concerta capacidade para resolver o problema.

Por isso, senhores deputados, não queria deixar de vos cumprimentar a todos, agradecer as vossas intervenções e dizer que elas foram todas tidas na devida conta, aquelas naturalmente que mereceram serem tidas na devida conta.”

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“Era uma questão, que gostava de pôr ao Senhor Presidente da Câmara que foi colocada uma questão pela deputada Eliana Pinto, relativa a uma proposta que foi aprovada na última Assembleia Municipal, sobre os tais 165 mil euros.

O senhor Presidente não se pronunciou, sobre o assunto.

Vão pagar, ou não vão pagar aos funcionários?”

Intervenção do Presidente da Câmara

“Senhor deputado, entendi pronunciar-me sobre aquilo que entendi que devia pronunciar-me. Não sobre aquilo que não devia pronunciar-me.

O senhor vereador Francisco Queiroz vai ter a palavra agora e responder a algumas questões que foram levantadas.

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“Senhor Presidente da Mesa, tenho que responder ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente disse que entendeu pronunciar-se sobre aquilo que ele devia entender.

Eu tenho falado com os funcionários desta Câmara sobre este assunto, não quis intervir sobre este assunto, porque a minha colega de bancada Eliana Pinto é jurista e entrevistou sobre este assunto. De qualquer das maneiras tenho todo o direito de questionar o Senhor Presidente da Câmara, se deve ou não. O Senhor Presidente só responde se quer ou não responder. Se não quer responder as atitudes ficam com quem as pratica.”

Intervenção do Vereador Francisco Queiroz:

“Queria fazer alguns esclarecimentos, relativamente as questões colocadas pelo senhor deputado Serafim Duarte.

Creio que o senhor deputado fez aqui um exercício razoável de demagogia com os ingredientes habituais. Isto é, misturou duas ou três verdades, acrescentou quatro ou cinco inverdades por ignorância, presumo, adicionou alguns conjunto de questões transplantadas no quadro legal em vigor, e por fim fez uma proposta de projecto de lei que recomendo que o entregue na Assembleia da República e que julgo que é urgente neste momento que se altere o quadro legal e estamos claramente de acordo. Também acho que o Decreto-lei nº 166/93 do Governo do Prof. Cavaco Silva está ultrapassado, só.

Vejam os muito rapidamente, ele permite que alguém que tenha um rendimento por hipótese académica de 50 mil euros, continue a viver numa residência municipal, pagando apenas a renda máxima, ou seja, a renda técnica nas casas que hoje aqui falamos são 360€ e permite também, que as pessoas naturalmente façam um enorme esforço para pagar as suas rendas visto que, hoje, a situação social é muito complicada, hoje as rendas baixas já são muito altas para o nível de vida das populações por isso, julgo que deve ser revista esta legislação.

Tal como aliás o Partido Socialista tem responsabilidades porque o novo Regime de Rendimento Urbano faz 4 anos este mês, que previa claramente e determinava que no prazo de 180 dias se deveria regulamentar o novo regime de arrendamento social e passaram todo este tempo e está para fazer isto que a própria legislação aprovada no Governo do Eng.º Sócrates não o fez.

Muito rapidamente questões de facto aqui colocadas.

O Município de Coimbra tem 772 fogos nos bairros municipais, a que e somam cerca de 200 fogos entre arrendamentos e edifícios propriedade da Câmara, estamos a falar quase de 1000 agregados familiares que são inquilinos da autarquia.

Estes cerca de 1000 inquilinos, agregados familiares inquilinos da Câmara, todos estão abrangidos pelo regime de renda apoiada com a excepção de meia dúzia de situações de contratos de comodato, são situações de emergência, temporárias para responder a situações que ocorrem, por exemplo, nas Casa dos Cruzes ou noutros locais, as esmagadora maioria das pessoas tem as suas rendas actualizadas, estamos a falar quase de 1000 agregados familiares, de alguns milhares de pessoas, através deste sistema, através deste regime legal, não foi o PCP, não foi a CDU, não foi a Câmara Municipal de Coimbra nem este Executivo que o determinou, mas é o quadro legal que existe.

Há 28 fogos na Rua Padre Melo é disto que estamos a falar, que não tem as rendas actualizadas, há cerca de 10 anos, por um conjunto de razões, e que neste momento está-se a terminar uma empreitada de requalificação, e foi neste momento, ou seja é agora, que está a terminar essa empreitada de requalificação desse bairro, e entendeu-se e muito bem, no cumprimento da lei que se tem de fazer uma actualização.

Ou seja, julgo que o Bloco de Esquerda entenderá isto, os outros 900 e muitos inquilinos municipais não entendem porque é que estes 28 inquilinos não vêem a sua renda actualizada. Para que fique claro, destes 28 inquilinos 2 são recentes, nem sequer se coloca a questão, dos 26 inquilinos a que se notificou no sentido de pedir a documentação para eventual actualização de rendas, desses 26 inquilinos, 8 mantém a mesma renda, 8 baixam de renda porque em 10 anos em situações em que o seu agregado familiar se foi alterando, porque ao contrário do que aqui foi disto

a legislação actual terá alguns defeitos, considera um rendimento corrigido, considera o rendimento conta os agregados, a situação dos deficientes, tudo isso se considera e tendo em conta isso, 8 famílias baixam de renda, 8 famílias mantêm renda e 10 famílias sobem de rendas.

Muito rapidamente destas 10 famílias, há uma família que sobe de 2,94 para 7, outra de 3,34 para 10, outra de 16,61 para 19, outra de 32 para 57€ e há 3 casos complicados, complicados a que se deve a subidas muito grandes. Concretamente um munícipe, que sobe a sua renda 13,72€ para a renda máxima para a renda técnica de 360€, porque trata-se de um individuo que vive num T3 e tem um rendimento perto de 1.800€ e portanto atinge a renda máxima.

Há outros dois agregados familiares, não digo que estas não sejam situações complicadas, no ponto de vista social, digo naturalmente que o Governo de Portugal tem que resolver estas questões.

Há um inquilino que passa de 111,68€ para 322€ e outro agregado que passa de 25€ para cerca de 140€ num caso de um familiar com cerca de 1500€ de rendimento e noutro caso cerca de 940 e tal euros de rendimento.

Tendo em conta isto, a Câmara não deliberou coisa nenhuma, são situações que podem ser complicadas a 3 famílias a Câmara não deliberou nada, a Câmara neste momento está a fazer a audiência de interessados. A proposta que vou apresentar à Câmara, tendo em conta que a situação destes agregados que dispunham de um determinado orçamento e expectativas que tinham de um orçamento e assumiram compromisso na sua vida, é que seja feito faseadamente sendo certo que, não podemos criar aqui o princípio de equidade, gradualmente temos que caminhar para que todos caminhámos da mesma forma. Mas, admito perfeitamente que há agregados familiares que dispunham de um determinado orçamento e com esse orçamento decidiram comprar a mota, o carro, isto ou aquilo e que agora é complicado terem um aumento para todos os encargos.

Aliás, já conversei com o Senhor Presidente sobre este assunto, está de acordo, para que haja um faseamento nesta actualização.

Para terminar dizer isto, não me admira que o Bloco de Esquerda coloque estas questões desta forma. O Bloco de Esquerda recorre frequentemente a este tipo de demagogia, de manhã visitam ou trabalhadores nas empresas, visitam bairros sociais, às vezes com uma perspectiva a quase etnográficas de visita ao mundo real, para depois á tarde jantarem com o Ministro da Economia.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“Não posso deixar de lamentar o tom profundamente acintoso da intervenção do vereador Francisco Queiroz, que obviamente pertence a um partido que não faz visitas etnográficas porque são da esquerda pura e dura, verdadeira, a operária, a proletária, a que lava melhor, mais vermelho e mais branca. Nós não somos efectivamente a esquerda que lava melhor da forma mais branca, somos esquerda, ponto.

Nesse campeonato não vale a pena entrar, é lamentável que continue com este discurso arqueológico e absolutamente acintoso e desproporcionado procurando passar este discurso lá para fora. Só faltou dizer que o BE é da esquerda light, ou caviar como nos costumam tratar.

Nós somos esquerda, ponto. Quero dizer que somos esquerda que se preocupa com as questões sociais e não faz demagogia.

Porque o PCP, e muito bem, quando levanta os problemas sociais, seja nas fábricas, seja nos campos, ou seja nos bairros sociais não o faz com certeza

demagogicamente, como o Bloco também não o faz demagogicamente, fá-lo, por razões que têm a ver com o seu programa político e ideológico, com a sua sensibilidade política e as suas propostas.

Fica muito mal ao vereador Francisco Queiroz vir para aqui com este discurso, verdadeiramente acintoso e pouco correcto.

Entrando na matéria de facto, o Bloco fez demagogia, mas qual é a demagogia que o Bloco fez com a minha intervenção?

Justamente trouxe aqui uma preocupação social, porque houve municípios que nos colocaram o seu problema, justamente o problema que está aqui bem patente, um município que foi aumentado de 25€ para 140€, portanto, mais de 400% e outro que foi aumentado cerca de 200%, onde está a demagogia?

Se os municípios nos colocam esse problema, qual é o dever de um deputado municipal?

Sejam eles de Esquerda, sejam eles do Bloco ou sejam eles da Direita, penso que o dever de um deputado é analisar os problemas e responder aos problemas dos municípios. Foi isso que o Bloco fez, e que o Bloco vai continuar a fazer, doa a quem doer!

É verdade, que o vereador Francisco Queiroz tem toda a razão, quando afirma eu verti na proposta de recomendação um conjunto de questões, que de alguma forma vão contra ou melhoram aquilo que é a lei, é uma lei que é injusta. Mas justamente o fiz, no sentido de uma recomendação e portanto, não tem carácter deliberativo, a própria proposta que é feita à Assembleia não tem carácter deliberativo, é feita sobre a forma de uma proposta, recomenda-se ao executivo que tenha a atenção a estes problemas e apontam-se soluções. Não vejo onde possa estar aqui a demagogia. E quanto à questão da proposta em Assembleia da República da lei, o vereador Francisco Queiroz deveria saber que o Bloco já teve a ocasião de apresentar, justamente, uma proposta para rever a lei 166/93.

Ora, justamente porque me levantaram questões nomeadamente por parte da bancada do PS, relativamente ao texto da recomendação, creio que com alguma sensibilidade, o deputado André Oliveira veio colocar-me a questão dizendo que são sensíveis a este problema, mas, que, lhes causa alguma relutância poder votá-la favoravelmente como está redigida, porque isso poderia ser entendido como vinculação os valores que são explicitados e isso exigiria um estudo técnico mais profundo.

Tentei explicar, que o que está aqui na recomendação não tem carácter deliberativo. Tem o carácter de uma recomendação, recomenda-se à Câmara que tenha a atenção a este problema e encontre soluções sensatas para a sua resolução. Mas, o que está aqui em causa é resolver o problema, não sei quantos municípios são os atingidos, em matéria de justiça e injustiça nos bairros sociais, o que está em causa aqui é resolver o problema dos municípios.

E portanto, o que proponho muito em concreto é isto:

É que o Executivo Municipal congele no imediato, a decisão de actualização das rendas a estes municípios. Nenhum dos municípios com quem falamos contestou o aumento das rendas, o que contestam é a taxa de esforço que lhes é exigida.

Já agora, eu não iria utilizar este tipo de argumento, mas tenho de o dizer. Eu tive a hombridade de telefonar ao vereador Francisco Queiroz perguntando-lhe o que é que se passava, e porque é que tinha de ser assim. E o vereador Francisco Queiroz de uma forma fria, disse-me que era a aplicação da lei.

Eu respondi, então porque não aplicaram a lei até hoje? E hoje é que resolveram aplicar a lei depois de 10 anos passados? Perguntei se não haveria uma forma de

mitigar este problema à população? Respondendo-me que havia um morador que ganhava 1300€ de rendimento bruto. Trabalha ele a mulher e um filho que ganha 400€ e tem um trabalho precário. “Isto é um ordenado de um professor” disse-me o Sr. Vereador. Quando se joga com a demagogia fria dos números, e não se tem em conta as realidades sociais, em concreto e específicas das famílias tem de dar nisto. Em que o vereador crítica o Governo mas depois faz como ele aqui, aplica a lei, sem mais.

O governo está errado, a lei não se deveria aplicar, mas o vereador Francisco Queiroz faz passar a ideia de que, os moradores são milionários, que têm carros à porta e já são ricos.

Isto é, que é a demagogia!

O que eu proponho é que haja coragem e o vereador poderia ser um pouco mais sensato e comedido dizendo, que há problemas concretos, a que nós somos sensíveis.

O PCP sempre veio aqui com a bandeira da sensibilidade social, da qual se julgam sempre campeões, e os outros são todos insensíveis.

Reconheço, essa sensibilidade à bancada do PCP, que humildemente devia dizer: vamos considerar estas situações vamos tentar resolver o problema aos moradores. E não vamos aplicar de uma forma fria e mecânica a lei.”

Intervenção do vereador Francisco Queiroz:

“O senhor deputado não ouviu o que eu disse.

Isto é tendo em conta as questões sociais, a minha posição e que levarei à reunião de Câmara é que seja feito uma actualização faseada, gradual em vários anos para que se aproximem estas rendas dos outros todos municípios tendo em conta a situação social.

Tendo em conta que estas pessoas têm compromissos, provavelmente com os seus orçamentos, e terão dificuldade de assumir rendas que são as rendas que todos os outros portugueses pagam, mas tendo em conta esta situação a minha proposta é no sentido que seja feito um faseamento.”

O Presidente da Assembleia disse que o deputado André Oliveira sobre a proposta apresentada pelo deputado Serafim Duarte, propõe que haja um estudo mais aprofundado neste caso.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“A bancada da CDU respeita as diferenças estatuídas ao nível dos vários órgãos.

Nos temos no Executivo o vereador Francisco Queiroz que acabou de explicitar claramente qual é a posição que vai tomar em relação a uma matéria que lhe diz respeito,

Efectivamente a bancada municipal não poderemos deixar de tomar posição sobre o que é posto aqui à consideração. E como fizemos sempre, independentemente das opiniões de fundo, que temos sobre uma boa parte da matéria, não deixa de ser razoável uma proposta que é aqui feita, e penso eu, independentemente maiores ou menor crispações que se possa ter em relação às matérias concretas, o que importa esta Assembleia Municipal libere sobre aquilo que pode deliberar. Ou seja, uma parte são recomendações inatendíveis pela Executivo Municipal porque têm de ser obrigatoriamente originadas pela alteração de lei, estivemos de acordo, toda a gente o reconhece, penso que eventualmente por algum lapso não terá sido totalmente clara aqui nesta proposta, porque esta recomendação é dirigida ao

Executivo Camarário, quando todos sem excepção, reconhecemos que estas recomendações são inatendíveis pelo executivo, porque são decorrentes da prática que é decorrente de um decreto-lei, mas há uma que naturalmente é atendível pelo executivo e essa merece o nosso apoio enquanto bancada desta Assembleia Municipal e tendo respeito pelas as propostas aqui presentes, se o Bloco de Esquerda estiver de acordo em transformar esta recomendação nos aumentos das rendas resultados que serão escalonados de forma gradual e deferidos no tempo. Penso que é razoável que esta Assembleia tomando em consideração as propostas correctas e equilibradas e que este Executivo pode assumir, ou seja, em termos de orientações, e que para que a recomendação se restrinja a este ponto, na medida em que é aquele que pode ser atendido, pelo Executivo. É só nesta exacta medida. Se estiver o Bloco de Esquerda de acordo com esta proposta, nós estaremos dispostos a votá-la favoravelmente.

O deputado Maló de Abreu, sobre as propostas apresentadas do Bloco de Esquerda e sobre toda a intervenção inerente, disse que a bancada da Coligação iria votar contra.

O Presidente da Assembleia colocou à votação as propostas apresentadas à Mesa pela seguinte ordem:

-Proposta da CDU em relação à **Lusa**.

Foi aprovada por unanimidade.

-Moção do PS relativa a uma cidade com **melhor Mobilidade e Acessibilidades – Ponte do Açude**

Foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Presidente da Mesa leu uma moção apresentada pelo PS:

“O Grupo Parlamentar do PS propõe, para ser sujeito a votação, a constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Aplicação do SIADAP no Município de Coimbra, nos termos e com os fundamentos do nº1, alínea j) do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro de 1999, alternada pela Lei 5-A/2002, para proceder ao Acompanhamento de:

a) - Gestão de Recursos Humanos

b) – SIADAP.”

Posta à votação foi a mesma aprovada com 27 votos a favor e 23 contra.

O deputado Maló de Abreu disse que não faziam parte da comissão aprovada.

O deputado Serafim Duarte fez uma alteração à recomendação da sua proposta para votação

“O Bloco de Esquerda no sentido de acomodar as propostas quer da bancada do Partido Socialista, feitas pelo deputado André Oliveira, quer pela bancada da CDU, resume-se a sua recomendação a dois pontos que devem ser considerados por esta Assembleia:

Propõe-se que o executivo municipal no imediato:

1. Congele a decisão de actualização das rendas apoiadas dos bairros sociais, iniciando um processo de reavaliação das condições socioeconómicas concretas

dos moradores, levando-as em linha de conta e não só os números frios de fórmulas matemáticas

2. Coincidindo com o ponto 7 da nossa proposta de recomendação que os aumentos das rendas resultantes da sua respectiva actualização em função da aplicação do Decreto-Lei n.º 166/93 de 7 de Maio, serão escalonados de forma gradual e diferidos no tempo até 5 anos de modo a a permitir às famílias adequarem o seu orçamento às novas exigências.

Apenas estes dois pontos devem ser considerados.

O Presidente da Mesa perguntou ao deputado do Partido Socialista se aceitam esta proposta tendo o deputado do Partido Socialista dito que, uma vez que, ouviram o vereador Francisco Queiroz, a dizer que ia fazer uma proposta para levar ao Executivo e uma vez que, vai haver uma reavaliação faseada deste processo, e que vai voltar a haver discussão, parece-lhe que se vai concordar com a proposta, ou então não faria sentido estar a votar esta recomendação.”

Isabel Margarida da CDU:

"O que queria dizer é só isto, quando o Bloco de Esquerda, o deputado da CDU propõe que a recomendação, se limite aquele ponto, limite-se aquele ponto com a garantia aqui dada pelo vereador responsável, de que isto está a ser feito, vai ao encontro do que o deputado do Partido Socialista acabou de dizer."

Presidente da Mesa da Assembleia acabou com o diálogo dizendo que a proposta primeiro vai ao Executivo e depois será discutida.

Presidente da Mesa deu conhecimento sobre um ofício que veio da Comissão para a “Cidadania e Igualdade de Género”, que funciona no âmbito do Conselho de Ministros, onde sugere que haja a nível das Assembleias Municipais uma sessão dedicada à temática de “Igualdade na Diversidade com vista a uma Sociedade Justa” em relação aos Géneros.

Portanto, penso que isto é aceitável e meritório e louvável ao mesmo tempo, se acharem bem, convocarei uma Assembleia sobre este tema e convidarei pessoas dessa comissão para a “Cidadania e Igualdade de Género”.

A deputada Helena Freitas disse que gostaria de ver votada a primeira intervenção que o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Frades fez uma proposta que incluía um parágrafo, em que proponham a esta Assembleia que o valor correspondente às senhas de presença de todos os deputados municipais referentes a esta sessão seja encaminhado para uma conta que reverterá para as vítimas da Catástrofe da Madeira.

A Bancada do PS apresentou o seguinte documento.

“COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO SIADAP

Na sequência da aprovação da Moção de criação de uma Comissão de Acompanhamento da Aplicação do SIADAP no Município, bem como de acompanhamento à Gestão de Recursos Humanos.

A proposta vai no sentido da Comissão ser composta por 5 membros, que, na primeira reunião, aprovam as regras do seu funcionamento.

A proposta vai no sentido de ter a seguinte constituição:

1- Eliana Pinto

- 2- André Oliveira
 - 3- Margarida Fonseca
 - 4- Serafim Duarte
 - 5- Membro da mesa a designar (para fazer ligação ao município e seus serviços)
- (PS: A Bancada Parlamentar do PSD indisponibilizaram-se para participar na Comissão)”.**

Período da Ordem do Dia

Ponto 1-Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro foi apresentada a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira.

Ponto 2 – 2ª Alteração do Plano Director Municipal de Coimbra

Intervenção do vice-presidente –Barbosa de Melo

“O Plano Director Municipal é um instrumento fundamental na vida de qualquer município, aí se define as regras fundamentais do ordenamento do território.

Queria esclarecer porque já me questionaram sobre isto.

O que vêm aqui neste momento a esta Assembleia é a 2ª Alteração do Plano Director Municipal de Coimbra, que no fundo é pegar no actual que vem de 1994 e fazer-se um ajustamentos.

Estará também em curso, a revisão do PDM, esse é um processo que não tem nada a ver com este que hoje vem aqui, e que virá também a Assembleia, mas esse é um processo em que vamos construir um Plano Director Municipal novo diferente do actual, este é um conjunto de pequenas alterações ao actual Plano Director Municipal.

Este processo da 2ª Alteração ao PDM é um processo que vem do executivo anterior, tem aliás algum tempo.

Portanto, acho que a melhor maneira de introduzir aqui a questão para ser claro e para que todos fiquem esclarecidos e saberem o que estão a votar, pedi aos serviços para fazerem uma pequena demonstração das alterações que estão substanciadas neste ponto que é a 2ª Alteração do PDM.

Aproveito para apresentar o novo Director Municipal que não estava em funções quando foi a última Assembleia Municipal o Senhor Eng.º Magalhães Cardoso a quem agradeço a gentileza de ter preparado uma explicação exaustiva do conjunto das alterações que fazem parte deste processo da 2ª Alteração do PDM.

Só quero dizer que estes documentos ligados à 2ª alteração tem estado na página Web do município para que todos possam consultar.”

O Director Municipal Engº Magalhães Cardoso numa curta intervenção apresentou a 2ª alteração do PDM, onde deu destaque à instalação de uma Central Térmica de Ciclo Combinado numa das zonas industriais a Sul da Freguesia de Taveiro, bem como adaptar um conceito de zonas industriais em áreas empresariais. Outro destaque foi a permissão à Universidade de Coimbra, desenvolver no Pólo II o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade com zonas de equipamento de níveis universitário

Um terceiro destaque foi o compromisso assumido dos anos 90 com a Cooperativa de Habitação Tricana Conimbricense construir na área do Pólo II, habitação a custos controlados.

Outra alteração é o uso do solo do actual estabelecimento prisional de Coimbra e alterar o uso do solo na Mata de S. Pedro tendo em vista a localização do novo estabelecimento prisional de Coimbra.

Seguidamente deu a palavra à Sra. Eng^a Helena Terêncio que resumidamente fez a explicação técnica da segunda alteração ao PDM.

Intervenção do deputado municipal José Mendes Lucas (BE):

"Como acabou de ser explicado, há aqui um conjunto de alterações ao PDM que não são todas da mesma natureza. Se para algumas das que foram referidas, não levantamos qualquer objecção. A uma dela designadamente aquela que tem que a ver com a Instalação da Central Térmica, essa já nos levanta bastantes objecções. Esta segunda alteração portanto merece-nos muitas reservas, não, que não tenham sido efectuadas as diligências a que a lei obriga e ouvidas as entidades responsáveis até ao parecer favorável da CCDRC. Não que tal medida não tenha sido sujeita, a consulta pública nos termos da legislação em vigor, não que não estejam descritas na declaração ambiental da responsabilidade da Câmara Municipal, algumas medidas de controlo e de monitorização obvias, quer quando ao ordenamento do território, competitividade económica e emprego, quer quanto à qualidade ambiental e à saúde humana. Não que não seja referida a intervenção da parte da Universidade de Coimbra, entidade apontada neste processo.

As nossas objecções nem sequer se dirigem em abstracto, as Centrais Térmicas de Ciclo Combinado, a nossa oposição a esta alteração do PDM que visa viabilizar a construção de uma central deste tipo no concelho de Coimbra e mais especificamente em Taveiro, é justificada basicamente pela natureza do empreendimento concreto, que está a ser programado para aquele lugar, pelo seu enquadramento dentro do espaço urbano e sobretudo pelas consequências previsíveis na qualidade de vida e na saúde pública dos Conimbricenses designadamente os que habitam nas suas proximidades.

Dispenso-me de repetir as especificações técnicas e os argumentos políticos, que os meus companheiros de Bloco de Esquerda como consta em actas, em que apontaram a esta Assembleia ao longo do anterior mandato.

Limito-me somente a referir que as leis e os procedimentos dela decorrentes existem para proteger os cidadãos e para regular as relações entre eles designadamente as da natureza económica com proporções ambientais.

Neste sentido, uma vez que, vimos um enorme vazio entre as recomendações e as precauções apontadas pelos órgãos competentes e as condições pormenorizadas da sua concretização que deveriam serem garantidas pela Câmara Municipal, levantamos as seguintes dúvidas:

1- Quando se fala de interesse municipal, deste empreendimento, estamos todos cientes de que estamos perante uma unidade industrial considerada pesada, que terá implicações graves, numa área vasta abranger populações, quer do nosso concelho, quer de concelhos limítrofes.

2- Quando recentemente se reuniram esforços relativamente ao processo de Co-incineração de Souselas, vamos passar ao de leve por cima do projecto desta Central Térmica de Ciclo Combinado, sem problematizarmos não só as questões gerais de produção e distribuição de energia e as consequências fundamentais do nosso concelho, designadamente no respeito à água.

3- Finalmente quando é referido que no Pólo II da Universidade de Coimbra quando as acções de monitorizações deste processo, irá integrar o processo, não

seria exigível concretizar mais, qual a faculdade, departamento ou unidade orgânica da Universidade de Coimbra com quem se fez ou se vai fazer, qualquer protocolo de modo a responsabilizar, quer os intervenientes técnicos, quer os políticos, e não seria politicamente mais responsáveis começar por aqui. Concluo afirmando que o território e os instrumentos do seu ordenamento e gestão não admitem que a sua ocupação urbana se reduza a somatórios de pontos isolados independente uns dos outros, mas, sim eles são todos interdependentes.

Intervenção do Presidente da Junta de Stª Clara:

"Não venho aqui falar do PDM, porque para falar do PDM teria de falar de muitas coisa ligadas ao PDM, até ao pedidos de desafecção feitos pelas juntas de freguesia mesmo o emparelhamento do território que acho uma injustiça qualquer do PDM que se aprove.

Venho falar de duas coisas:

Primeiro queria responder à deputada Eliana Pinto, quando falou da classificação dos trabalhadores. Posso lhe dizer como é que, a Junta de Freguesia, que também tem funcionários públicos pode dar um ordenado depois das avaliações, quando, no fundo de financiamento às freguesias não vem nem mais um cêntimo.

Queria dizer outra coisa aqui que foi aprovado, eu gostava de saber, e do meu dinheiro ninguém mexe, não sei se é democrático, mesmo a votação maioritária mexer no meu dinheiro sem o meu consentimento. Não acredito que haja qualquer legalidade nesta Assembleia, mesmo que seja uma maioria a dizer que tenho de dar o meu dinheiro seja para aquilo que fôr sem o meu consentimento.

Portanto, a minha senha de presença de hoje, é para mim e para a minha família, para a Madeira estou a fazer um mealheiro para ir lá de férias e indo de férias lá também estou a ajudar a Madeira.

É isto que queria dizer, não permito que me tirem qualquer senha de presença aqui.

Sobre este assunto o **Presidente da Mesa** disse que queria esclarecer que houve um consenso por parte das pessoas. Ninguém é obrigado. Houve um consenso nesse sentido.

Intervenção da deputada municipal Helena Freitas (PS):

"Em primeiro lugar, queria cumprimentar o novo Director Municipal e felicitar a Câmara Municipal de Coimbra pela escolha que fez, porque é de facto uma pessoa por quem tenho uma grande consideração e estima há muitos anos. Certamente fará um bom trabalho nessas funções.

Em relação concretamente ao ponto em análise, também queria felicitar o trabalho da Câmara Municipal de Coimbra, o que está aqui em questão de facto é uma alteração do Plano Director Municipal e foi feita pela Câmara uma avaliação ambiental estratégica que do ponto de vista, como aliás já foi de alguma forma dito, do ponto de vista digamos daquilo que é a norma fazer-se, está realmente à frente daquilo que se deve fazer e portanto eu queria felicitar os serviços da Câmara Municipal de Coimbra pelo trabalho desenvolvido, porque de facto é pela avaliação ambiental estratégica que se deve começar e é um bom pronuncio para a revisão do Plano Director Municipal.

Realmente em concreto em relação aos projectos, julgo que os projecto do meu ponto de vista não estarão aqui em questão, haverá tempo para eles, para a sua discussão pública, haverá também um momento próprio para avaliar,

inclusivamente o seu licenciamento e uma série de procedimentos que, a administração prevê.

Aquilo que me aqui cabe avaliar é a alteração produzida que do meu ponto de vista, é uma alteração que não produz efeitos negativos, e portanto do meu ponto de vista votarei favoravelmente a alteração relativa ao ponto 2º."

Intervenção da deputada municipal Eliana Pinto (PS):

"Queria dizer que em relação à senha de presença não fui eu que fiz a proposta, foi a bancada do PS. A ideia era abrir uma conta, para quem quiser dar, o Município não pode retirar as senhas de presença e dá-las directamente à Madeira, isso é ilegal, quem quer dar, dá, quem não quer dar, não dá.

Também queria esclarecer o seguinte.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Stª. Clara, no que diz respeito aos prémios de desempenho, presumo que a intervenção dele seja motivada pelo facto de desconhecer a lei e não ter percebido o que eu disse.

Nada disto que eu disse, se aplica à Junta de Freguesia, isto é, ele aplica o SIADAP conforme o entender. A opção gestionária de dar prémios não é dele, eu referi-me à Câmara Municipal de Coimbra, e o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra decidiu atribuir prémios de desempenho.

Isso não vincula obviamente as juntas de freguesias."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"Relativamente a este ponto há que dizer que as alterações no articulado do artº 41 e 42º do PDM não são meramente semânticas, como aqui pareceu transparecer.

São antes, modificações que se fazem para acomodar as ilegalidades cometidas por este executivo camarário, nomeadamente em relação ao projecto do Euro Stadium, na Praça Heróis de Ultramar que, justamente, o actual PDM definia como de uso exclusivo para equipamento e, como é sabido deu origem à construção de 200 apartamentos T0.

Depois a volta a dar a isto foi a que o senhor vereador João Rebelo na altura, preparou que é a de transformar o conceito de uso exclusivo em uso predominante, quer dizer que dá para tudo. É uma zona de equipamento, mas pode construir-se habitação até 49% da área. Assim, o equipamento já é predominante, e assim se acomodam os interesses.

Em relação à Central Térmica de Ciclo Combinado, as modificações propostas também não são uma questão de transposição da actual lei que antes classificava as indústrias nas classes A, B, C e D, para a actual lei que prevê tipologias 1,2, e 3.

É que esta zona estava exactamente prevista no PDM, como zona de indústria, mas não de indústria pesada, e o que está a ser equacionado é justamente uma Central Térmica de Ciclo Combinado que é indústria pesadíssima, com uma torre a expelir gases óxidos nitrosos e metais pesados para a atmosfera numa zona em que 2 Km em redor existem várias povoações e que inevitavelmente vão sofrer repercussões na sua qualidade de vida e do ambiente, ficando expostas a riscos acrescidos para a sua saúde e bem-estar. Isto é indústria pesada!

Portanto, só para relembrar, na altura em que aqui veio à Assembleia a aprovação da CTCC de Taveiro manifestamos as maiores reservas em relação aos riscos ambientais não só para o ar e para as populações como também para as águas do Mondego, porque esta Central Térmica, como saberão, utiliza grandes quantidades de água, aliás, esta é uma das principais razões indicada para a sua localização,

nem sequer foi dada uma localização alternativa, porque tem a ver com a localização da água para a refrigeração das torres, que exige caudais tão pequeninos como na ordem dos 1150m³ por hora, e que depois de refrigerarem a torre são lançadas para o rio Mondego através da Vala Real, ou Vala Sul à razão de 500 e tais m³ por hora, que vão provocar um aquecimento estimado na ordem dos 3 graus centígrados nas águas do rio.

Portanto, por estas razões, não estamos convictos nem nunca ficámos convencidos que isto tenha interesse público para a Cidade de Coimbra, quando já existem duas ou três centrais térmicas idênticas, justamente no distrito em Lares na Figueira da Foz, e a Central de Biomassa bem juntinhas a nós a produzir energia. É-nos apontado como de interesse municipal a criação anunciada até 40 empregos e de um hipotético bónus, por danos causados, de uma fundação para as energias renováveis.

Além de mais queria fazer um reparo, a proposta que fizeram chegar aos deputados municipais, chegou muito pouco documentada e pouco esclarecedora. Não consegui perceber dos documentos o que obviamente estava em causa, pois só aqui foi explicitado.

Portanto, como disse o meu colega de bancada há aspectos que não nos oferecem grandes problemas que se nos afiguram razoáveis, mas há outros que nós consideramos que podem ser, não só penalizadores como nos oferecem muitas dúvidas nos termos em que é proposta a sua alteração."

Terminado o debate foi colocado o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal datada de 1 de Fevereiro último, e nos termos da alínea b) do nº 3 do artº 53º da lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por maioria (com 48 votos a favor, 7 votos contra e 10 abstenções), aprovar a proposta da versão final da 2.ª Alteração ao PDM (Relatório, Alteração ao Regulamento, Alteração à Planta de Ordenamento (Síntese da Cidade de Coimbra), Relatório Ambiental, Resumo não Técnico e Declaração Ambiental], bem como o Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Declaração de voto do Presidente de Junta de Freguesia do Ameal:

"Queria dizer que votei contra porque já na altura falei em nome da freguesia do Ameal e como é evidente, e quando foi votado aqui o interesse público da Central Térmica. Eu na altura disse que não ia votar contra, porque não tínhamos conhecimento ainda da perigosidade ou não dos benefícios para o concelho da Central Térmica.

Na altura pedi que fosse mais esclarecido com alguns dados técnicos perigoso como alguns diziam ou benéfico.

Como não houve nenhum desenvolvimento a esse nível, daí o meu voto contra."

Ponto 3 – PCAND Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto – isenção de IMT:

Para este processo a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 18 de Fevereiro, deliberou, por unanimidade e para efeitos imediatos, emitir parecer favorável à isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de

Imóveis solicitada pela PCAND – Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto, nos termos do n.º 2 no art. 12º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).

Ponto 4 – Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade a António Luzio Vaz

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

"É de toda a justiça a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade ao Dr. Luzio Vaz. Aliás tive a oportunidade de participar nalgumas cerimónias, felizmente tive a oportunidade de privar de perto com o Dr. Luzio Vaz, porque fui o primeiro Presidente da Associação Académica de Coimbra, exactamente a lidar com ele, no ano em que ele tomou conta dos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra e depois tive a oportunidade de privar com ele naturalmente ao longo da vida.

É uma pessoa de Coimbra, que ama profundamente Coimbra, que ama profundamente a Academia e que dedicou a sua vida a esta Cidade e à Universidade.

Julgo que é muito bem merecida a atribuição da Medalha de Ouro."

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

"Concordando plenamente com a intervenção do Dr. Maló, eu fui dos últimos também a poder privar com o Dr. Luzio Vaz naturalmente em funções.

Como temos vindo a assistir o Dr. Luzio Vaz tem vindo a ser alvo de diversas homenagens por parte da Academia, da Associação Académica e também da Universidade de Coimbra.

Naturalmente é com grande agrado e com inúmera satisfação que hoje vemos a nossa Cidade a reconhecer o contributo que o Dr. Luzio Vaz nos deu.

Como todos sabemos, foi esta Cidade que o acolheu, que o formou e naturalmente que foi nesta Cidade que este homem projectou os Serviços de Acção Social que nós temos em Coimbra, que são uma referência no País ao longo dos últimos 30 anos.

O Dr. Luzio Vaz é o espelho das residências, das cantinas, das bolsas que no dia-a-dia são atribuídas aos inúmeros estudantes, não só os que frequentam, mas que todos os anos chegam.

Sempre o fez com maior agrado, com maior gosto e com uma profunda dedicação. Foi incansável numa procura de uma verdadeira justiça social na Universidade de Coimbra e naturalmente teve um contributo muito grande para a Cidade.

Ninguém fica indiferente, o Município também não ficou e naturalmente consideramos todos o Dr. Luzio Vaz um homem único, e neste momento apenas felicitar o proponente da moção e todo o executivo por ter trazido este assunto a esta Assembleia."

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

"Luzio Vaz é um grande amigo há 48 anos, realmente é um homem extraordinário, a juntar aquilo que já foi dito não poderei dizer melhor, só quero relembrar o papel que ele teve no Orfeon tanto ele como a equipa, tiveram a nível nacional e internacional um grande êxito e representaram sempre Coimbra com amor.

Quero sublinhar o acerto desta proposta."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo

"Penso que em relação ao Dr. Luzio Vaz há uma palavra para além de votarmos favoravelmente a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade.

Se há medalhas de Ouro da Cidade bem atribuídas esta será claramente uma delas. Tive o prazer em algumas situações trabalhar com o Dr. Luzio Vaz, há algo que para mim pessoalmente é personificado pelo Dr. Luzio Vaz, daquilo que deve ser a minha opinião a ligação da Universidade com a Cidade.

Aquilo que passa de saber dar condições de vida ou procurar melhorar as condições de vida aos estudantes desta Cidade que lhes permite uma plena integração na Cidade.

É ele que faz, pela sua capacidade de desenvolvimento do SSUC o levar à prática aquela velha máxima em relação a quem chora pela despedida de Coimbra e pelas saudades que se tem quando se parte de Coimbra.

Tenho a certeza absoluta que o Dr. Luzio Vaz foi responsável pelo sentimento de vinculação a esta Cidade a muitos milhares de estudantes que por aqui passaram, e é a isso que esta Cidade lhe fica a dever."

Sob proposta da Câmara Municipal datada de 4 de Janeiro último, a Assembléia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra a António Luzio Vaz.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 5 – Plano Prevenção de Riscos de gestão, incluindo de Corrupção e Infracções Conexas:

Intervenção do Vice Presidente:

Devo dizer, para abrir este ponto que, quando este executivo começou a exercer funções tive a tentação de fazer aquilo que fizeram muitos municípios nesta matéria foi copiar uma espécie de guia que a Associação Nacional de Municípios mandou para todos os municípios, chapa 3 e trazer à Assembleia Municipal, e tínhamos um Plano Prevenção de Riscos Corrupção feito. Francamente pareceu-me que esta matéria merecia outro tratamento, porque me parece ser algo muito importante é algo que todos de estar muito atentos. Foi por causa disso que em vez de fazermos o que muitos outros fizeram que deveríamos tomar mais tempo e com os serviços todos da Câmara Municipal de Coimbra procurar fazer um documento que fosse um princípio de documentos deste género nunca estão fechados, há sempre coisas novas que aparecem, mas, que fosse um princípio, um primeiro documento sobre esta matéria.

Queria pedir a todos que olhassem este documento, mas não o considerassem como documento final, é uma proposta de trabalho que os serviços nos põe à frente, é um desafio, para uma Câmara da importância da Câmara de Coimbra, é um desafio e espero que os serviços, quem os dirige e coordena estejam à altura desse repto que nos é lançado em legislação."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Estou de acordo que a única abordagem que se pode ter num documento deste tipo, tanto mais que resulta de uma imposição legal é procurarmos avaliar em contínuo a sua aplicação.

Naturalmente, não vou estar aqui a pronunciar-me em detalhe e no mínimo em relação às propostas e as abordagens que são feitas, tanto mais, ela resulta da própria apreciação, centralizadamente dos serviços fizeram, quem sou eu, para estar aqui a formular opiniões sobre isto.

O que penso e para responder de uma forma positiva ao reptol, também a nós nos é lançado é que os relatórios previstos feito pela Auditoria Municipal sejam remetidos aos Grupos Municipais, de forma a que nós próprios de acordo com as propostas iniciais que aqui são feitas, possamos monitorizar e acompanhar o grau de execução deste plano de forma positiva e eventualmente caso venha a verificar o necessário fazermos também contributos positivos para a melhoria deste plano."

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

"Não poderia deixar de fazer esta intervenção, devido à pertinência do documento apresentado.

Penso mesmo nos tempos em que correm a apresentação e a coragem do executivo em submeter à apreciação desta Assembleia o teor deste documento com o alcance e os objectivos aqui traçados merecem, de facto serem, realçados. Razão pela qual eu vos peço para tecer aqui algumas considerações.

De facto este plano que estabelece e que anda à volta daquele extraordinário princípio da legalidade como dogma constitucional e que postulam que os órgãos da Administração Pública devem actuar em obediência à lei e devem obedecer em obediência à lei e dentro dos poderes que lhe são conferidos de acordo com os fins que lhe são atribuídos.

Lembro que este documento resultou em princípio da iniciativa que resulta da lei nº 54/2008 de 4 de Setembro que criou, de facto, o Conselho de Prevenção da Corrupção, instituído no âmbito do Tribunal de Contas. E este conselho tem também como grandes objectivos, chamo a atenção de todos vós porque é um assunto de grande actualidade, é um assunto de grande pertinência em relação a tudo e à desconfiança que foi instalada ou que se instalou no País, e é necessário restabelecer a relação da confiança entre os cidadãos e os órgãos que fazem a gestão pública deste País.

É um processo de análise metódica em que os riscos inerentes às actividades podem ocorrer, mas, o que estamos aqui a tratar é de um outro princípio que também é absolutamente elementar, que é o princípio da responsabilização de todos nós. É o princípio que quer os elementos que fazem parte dos órgãos deste executivo, os elementos que fazem parte deste órgão que é um órgão deliberativo, todos responsáveis por esta autarquia, até o trabalhador mais simples que presta serviço a esta autarquia. Estamos aqui perante um princípio que é o princípio da responsabilidade individual, todos nós temos a responsabilidade de prevenir exactamente questões que tem que ver, relacionadas com o risco, o risco da gestão, o risco da corrupção, o risco da nossa obrigação em estarmos precisamente aqui no sentido de que, estamos a defender os interesses daqueles que nos elegeram e os interesses daqueles que confiam na autarquia.

Por isso é que, sendo certo é que uma gestão competente envolve em grande sentido da responsabilidade e da idoneidade e o cumprimento ético, e também isso é importante a eficácia no serviço prestado.

Estamos perante um princípio de boa fé, mas quero chamar a atenção de que, o facto de nós estarmos aqui a falar de eventuais focos de eventual corrupção, a pequena corrupção a grande corrupção mina os alicerces da democracia."

Intervenção da deputada municipal Eliana Pinto (PS):

"A bancada do Partido Socialista nunca votará contra um instrumento de combate aos riscos de corrupção.

Porém, a nossa posição nesta matéria é a seguinte:

Nós vamos votar favoravelmente este plano porque exactamente nunca votaríamos contra um qualquer instrumento de combate. Mas, há da leitura às 290 páginas há uma série de sugestões que queríamos fazer recomendando-as ao Executivo.

Pelo que, o Grupo municipal do PS, propõe apresenta-las por escrito, e dirigi-las à Mesa e a Mesa fazia o favor de as reencaminhar ao executivo para o executivo as reavaliar e quando oportuno alterar o Plano que aqui vai ser aprovado pelo menos por nós."

A Assembleia Municipal deliberou, com 51 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções, aprovar o Plano Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo de Corrupção e Infracções Conexas.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este processo dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Declaração de voto do Deputado Serafim Duarte

"A bancada do Bloco de Esquerda abstem-se, não porque tenha qualquer ónus contra os Planos de Prevenção de Risco de Gestão. Até, porque, aliás, na última Assembleia trouxemos justamente aqui esse problema, lembrando o executivo que de facto não estava a cumprir a directiva nacional nesse sentido, mas porque, justamente, este documento não nos foi facultado a tempo e horas.

Não que tenhamos alguma coisa contra, mas não podemos votar de cruz um documento que não tivemos a oportunidade de estudar e de ler de forma mais cuidada e atenta como merecia e exigia.

É este o sentido da nossa abstenção."

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"Relativamente a este documento voto contra pelo seguinte:

Não tive nem tenho conhecimento do documento e não posso votar uma coisa que não conheço. Como não tenho net, não pode analisar o documento.

O meu voto contra vai no sentido de não conhecer o documento."

Ponto 6 – Provedor do Ambiente e Qualidade de Vida Urbana de Coimbra – Eleição

Para esta eleição a Câmara Municipal apresentou a seguinte proposta:

“Considerando o curriculum invejável, competência inquestionável e o especial interesse por tudo o que está relacionado com a problemática do ambiente e saúde pública em Coimbra, proponho a designação do Prof. Doutor Salvador Manuel Correia Massano Cardoso para continuar a desempenhar o cargo de Provedor do Ambiente e Qualidade de Vida Urbana de Coimbra, o qual, nos termos do art. 2º do Regulamento relativo à Designação, Competências e Mandato, aprovado em 28 de Janeiro de 2002, deverá ser eleito pela Assembleia Municipal por maioria dos seus membros em efectividade de funções, sob proposta da Câmara e tomar posse perante o Presidente da Assembleia Municipal.”

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

"Naturalmente vamos votar a favor mas não poderia deixar de referir o currículo do Professor Massano Cardoso e sobretudo o trabalho que tem feito como Provedor do Ambiente.

Principalmente porque não faz fretes à Câmara.

Acho que um Provedor do Ambiente presente ou passado não deve fazer fretes à Câmara.

Julgo que tem feito um trabalho que é de considerar e por isso votamos a favor."

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Senhor Presidente é só para dizer que me parece esta proposta de eleição mas é o que está na ordem de trabalho de o Provedor do Ambiente muito redutora para esta Câmara para este Município para esta Cidade.

Aliás acompanhando em tempo uma intervenção da CDU, devíamos hoje estar aqui a votar e a eleger sim, era um Provedor do Município para todas as áreas, não apenas a do ambiente, mas sim para todas as áreas de Direitos e Liberdade que os Municípios têm."

A Assembleia procedeu à eleição tendo obtido o seguinte resultado:

-33 votos a favor

-10 votos contra

-9 abstenções

Foi designado o Prof. Doutor Salvador Manuel Correia Massano Cardoso para desempenhar o cargo de Provedor do Ambiente e Qualidade de Vida Urbana de Coimbra.

Aprovação de acta:

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação a acta de 25/11/2009 previamente distribuída.

Não havendo correcções a fazer, à acta foi aprovada por unanimidade.

Do mesmo modo foi apresentado um esboço da acta da sessão anterior realizada em 29 de Dezembro de 2009.

O sistema sonoro teve um problema e não se conseguiu a gravação da sessão desta Assembleia.

Neste sentido, o Presidente da Assembleia pediu a todos os deputados municipais, especialmente aqueles que intervieram, para facultar as suas intervenções ao Gabinete da apoio administrativo da Assembleia Municipal.

E sendo 21.00 horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.